

Os comitês de fábrica e as propostas de controle operário da produção: da Revolução de Fevereiro à Revolução de Outubro de 1917

Wanderson Fábio de Melo¹

Resumo:

O presente trabalho analisa os comitês de fábrica e a proposta de controle operário da produção no processo revolucionário russo de 1917. A pesquisa se relaciona às respostas às perguntas: qual o sentido da Revolução de Fevereiro de 1917? Como se estabeleceram os comitês de fábrica e a consigna de controle operário da produção no processo russo de fevereiro a outubro daquele ano? Os eventos de outubro de 1917 podem ser qualificados de revolução ou foram um golpe de estado? De que modo se constituiu a hegemonia dos bolcheviques nos acontecimentos de 1917? As fontes são textos produzidos por militantes que atuaram na Rússia no período da Revolução. O procedimento metodológico utilizado foi a análise imanente.

Palavras-chave: Comitês de fábrica; controle operário; Revolução Russa.

The factory committees and the proposals for workers' control of production: from the February Revolution to the October Revolution of 1917

Abstract:

The present paper analyzes the factory committees and the proposal of workers' control of production in the Russian revolutionary process of 1917. The research relates to the answers to the questions: What was the meaning the February Revolution of 1917? How did the factory committees and the workers' control order of production in the Russian process be established from February to October of that year? Can the events of October 1917 qualify as revolution, or coup d'état? How was the hegemony of the Bolsheviks constituted in the events of 1917? The sources are texts produced by militants who acted in Russia during the period of the revolution. The methodological procedure used was the immanent analysis.

Key words: Factory committees; work's control; Russian Revolution.

O presente texto analisa o processo de constituição dos comitês de fábrica na Revolução de Fevereiro de 1917 na Rússia, ou seja, as propostas e as práticas de controle operário desenvolvidas pelos trabalhadores nos meses de fevereiro a outubro, enfatizando os elementos de espontaneidade das ações desses sujeitos e as formulações de suas reivindicações. Busca-se

¹ Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF – *Campus* Rio das Ostras).

compreender a formação dos comitês de fábrica; perceber o surgimento, o desenvolvimento e a efetivação da consigna de controle operário da produção no processo revolucionário; conhecer as propostas econômicas na Rússia durante o ano de 1917; ressaltar o debate sobre os comitês de fábrica e o controle operário da produção na visão dos militantes; pontuar como as diferentes posições historiográficas acerca da Revolução Russa consideraram as questões dos comitês de fábrica e do controle operário da produção; e, por fim, evidenciar o sentido da Revolução de Outubro na lógica *onímota* do trabalho.

No processo da Revolução de Fevereiro, os trabalhadores criaram espontaneamente comitês de fábrica (*fabzavkomy*) nos locais de trabalho, em princípio como comitês de greve que evoluíram para atuar como vigilantes dos interesses dos trabalhadores na relação com os administradores capitalistas das empresas. No início do processo, o termo utilizado para designar essa função, “controle operário” (*rabochii kontrol*), denotava muito mais supervisão da administração do que controle da fábrica propriamente. Contudo, com a ampliação da crise social e política, os comitês de fábrica fizeram mais do que um trabalho de fiscalização. Em certos momentos, eles passaram a deliberar sobre a contratação e a demissão nas fábricas e usinas. Em outras ocasiões, tomaram as rédeas das indústrias com vistas a responder à desorganização administrativa após a fuga ou sabotagem dos patrões e diretores das fábricas, em consequência da Revolução. Os comitês de fábrica estavam organizados por toda a Rússia, com um comitê central executivo situado na cidade de Petrogrado, a principal cidade industrial do Império Russo, que comportava “em 1917, uma concentração de mais ou menos 400.000 operários, nas fábricas e nas usinas. Desse número, 335.000 pertenciam a 140 usinas gigantes” (TROTSKY, 1978, p. 352).

A formação dos comitês de fábrica foi muito importante para a Revolução Russa, visto que significou um espaço ativo de participação e elaboração no interior dos locais de trabalho organizado pelos trabalhadores. Os comitês contribuíram para a situação de dualidade de poderes nas fábricas e usinas. Segundo John Reed, no percurso da crise revolucionária: “Os comitês de fábrica tornavam-se mais experientes, aumentavam as suas forças e preparavam-se para realizar a missão histórica, combatendo a velha ordem estabelecida” (REED, s/d p. 46). Em relação à problemática do controle operário da produção, segundo o historiador Steve Smith (2013, p. 87), o decreto sobre o controle operário aprovado em 14 de novembro de 1917 foi a terceira mais conhecida e de maior repercussão popular dentre as leis emitidas pelos bolcheviques, antecedida apenas pelos decretos da paz – isto é, a norma que apontou a saída da Rússia da guerra imperialista – e os decretos sobre a terra, que

reconheciam a distribuição de terras aos camponeses. Entretanto, os comitês de fábrica e o controle operário da produção têm sido pouco lembrados pelos estudiosos da Revolução Russa na academia e nas publicações militantes.

No momento em que a militância socialista combativa busca a recomposição de suas forças e a construção de alternativas dos trabalhadores ao aprofundamento da barbárie colocada pelo capital, torna-se imperativo recuperar as ações autônomas dos trabalhadores na história. No processo revolucionário russo, os comitês de fábrica e as propostas de controle operário emergiram a partir das lutas dos trabalhadores, de modo independente em relação a partidos, patrões, governos e estado.

A finalidade desse estudo, no contexto de comemoração do centenário da Revolução Russa, é recuperar os elementos históricos e sociais com vistas a perceber o quadro geral das ações dos trabalhadores em um momento de crise social e política, as particularidades e as singularidades do processo russo de 1917.

A intelectualidade comprometida com as transformações sociais tem se debruçado pouco acerca das experiências de revoluções do trabalho. Raras publicações foram destinadas a analisar os feitos dos trabalhadores nos momentos em que realizaram as suas “formas de poder”. Duas obras são honrosas exceções a esse esquecimento, as coletâneas organizadas Ernest Mandel (1977) e V. Gerratana (1972), livros que trouxeram contribuições importantes para refletir sobre as ações independentes dos trabalhadores, preocupação alimentada sobretudo pelo contexto das mobilizações de maio de 1968 pelo mundo. Uma produção realizada no Brasil também deve ser mencionada: Pinheiro e Martorano (2013). Entretanto, as reflexões na área das ciências humanas apresentam lacunas acerca das vivências dos trabalhadores referentes ao ponto particular das tentativas de superação da ordem do capital que se processaram na história, ainda que essas revoluções não tenham se consolidado no quadro social. O que se pretende, neste texto, é recuperar as experiências dos trabalhadores nos comitês de fábrica e nas formulações sobre o controle operário da produção na Revolução Russa a partir da perspectiva histórica, pois, de acordo com Eric Hobsbawm (2007, p. 9), a função do historiador é “lembrar aquilo que os outros esquecem, ou querem esquecer”.

Algumas questões que remetem ao debate historiográfico acerca das Revoluções Russas são consideradas neste artigo, tais como: qual o sentido da Revolução de Fevereiro de 1917? Como se estabeleceram os comitês de fábrica e a consigna de controle operário da produção no processo russo de fevereiro a outubro daquele ano? Os eventos de outubro de 1917 podem ser qualificados de revolução ou se tratou de um golpe? De que modo se constituiu a hegemonia dos bolcheviques nos acontecimentos de 1917?

As fontes da presente reflexão são documentos do processo revolucionário e textos escritos por dirigentes e militantes que atuaram na Revolução Russa, em especial, os que refletiram sobre os comitês de fábrica e o controle operário: Lênin, Trotsky, Pankratova, Reed, Serge, Sukhanov e Volin. Lênin foi o principal dirigente do Partido Bolchevique e, entre outras questões, teorizou sobre a situação de dualidade de poderes vivida na Rússia entre fevereiro e outubro de 1917, além de ter atuado na formulação política acerca do controle operário da produção nos Encontros dos Comitês de Fábrica que se realizaram a partir do mês de maio daquele ano. Leon Trotsky foi um destacado líder da Revolução Russa, escreveu bastante sobre as experiências de outubro e os seus trabalhos são considerados clássicos do marxismo. Ana Pankratova foi uma militante bolchevique que escreveu um trabalho sobre os comitês de fábrica no processo revolucionário russo. John Reed foi jornalista e autor do conhecido livro *Os dez dias que abalaram o mundo*, uma visão positiva sobre a Revolução Russa que recupera os acontecimentos que se processavam. Victor Serge foi um militante que aderiu ao bolchevismo no momento revolucionário russo, intelectual que escreveu um dos principais trabalhos sobre o primeiro ano da Revolução. Nicolas Sukhanov foi ativista da corrente socialista internacionalista, que apoiou as posições dos mencheviques durante o período revolucionário. Volin foi um militante anarquista russo que escreveu sobre sua militância na Revolução advogando os desígnios de sua filiação ideopolítica.

Reconhece-se também a produção historiográfica acadêmica nas diferentes correntes de interpretação e fases de elaboração. Vale destacar que as díspares visões refletem posicionamentos ideopolíticos distintos sobre a Revolução Russa. Os trabalhos dos acadêmicos Adam Ulam e Richard Pipes, elaborados no auge do conflito bipolarizado entre Estados Unidos e União Soviética, embora não concordem em todos os itens, representam a visão oficial ocidental do período da guerra fria sobre a Revolução de Outubro, explicitando a posição em favor do bloco capitalista. O marco teórico tem como base a teoria do totalitarismo, visão teórico-metodológica que recusa toda experiência social distinta da economia de mercado e da democracia burguesa². Seus textos apresentam vinculação orgânica com os anseios das potências capitalistas no conflito do pós-II Guerra Mundial, assim, os seus livros demarcam um alinhamento ideológico com o Ocidente: são os chamados *cold warriors*. Para analisar os textos dos intelectuais alinhados ao Ocidente na *guerra fria*, torna-se pertinente remeter à conceituação de *decadência ideológica da burguesia*, retomada de K. Marx e F. Engels pelo filósofo húngaro G. Lukács (1968).

Posições historiográficas distintas à dos intelectuais da guerra fria também geraram produções. O rigoroso historiador Edward H. Carr

² Para a crítica do conceito de totalitarismo, conferir Chasin (2000).

realizou pesquisas que fogem às visões bipolarizadas, ampliando fontes e proporcionando análises que abarcam questões políticas, econômicas e sociais. Suas reflexões devem ser problematizadas, mas não podem ser descartadas. O historiador Pierre Broué produziu uma interpretação considerando os documentos das organizações políticas. Paul Avrich e Maurice Brinton produziram trabalhos ancorados na documentação anarquista da Rússia de 1917. O historiador francês Marc Ferro, analisando as fontes primárias no universo teórico-historiográfico da *Escola dos Annales*, produziu estudos significativos sobre a Revolução Russa, reflexões que também se contrapuseram à visão ocidentalista oficial. A produção historiográfica acerca da Revolução Russa avançou com os trabalhos de Alexander Rabinowitch, David Mandel, Steve Smith, Diana Koenker e William Rosenberg no sentido de superar a interpretação tradicional acadêmica produzida na guerra fria, além de colocar uma historiografia “dos de baixo”, ou seja, produções no campo da história social, que enfatizam os elementos sociais em processo, têm ampla base empírica e partem de problematizações que fogem ao maniqueísmo. Entretanto, vale destacar que os autores dessa corrente historiográfica apresentam conclusões divergentes em seus estudos.

Em relação às pesquisas sobre o tema dos soviets em 1917, utilizou-se o trabalho de Oskar Anweiler e dialogou-se com o texto de Lisa Foa. Acerca da problemática do controle operário da produção, consideraram-se as posições de Franco Ferri.

Em relação à metodologia, utiliza-se a análise imanente na exposição e no desvendamento das posições, uma vez que se quer evidenciar as diversas consciências práticas sobre a Revolução Russa no tocante aos comitês de fábrica e ao controle operário da produção. Desse modo, desenvolve-se a análise que abarca, ao mesmo tempo, a gênese e a função social das proposituras dos sujeitos e das produções intelectuais, na medida em que as suas elaborações estão determinadas sócio-historicamente. Realiza-se, portanto, a análise que permite fazer os sujeitos explicitarem os seus próprios pressupostos, bem como suas posições naquele conflito social, trazendo, como argumenta G. Lukács, a evidência “que aparece explícita, sem necessidade de provas, para seus leitores” (1959, p. 5).

O processo da Revolução de Fevereiro

A compreensão da processualidade do fevereiro russo torna-se fundamental para a elucidação do desenvolvimento dos comitês de fábrica e da proposta e prática do controle operário da produção.

O ano de 1917 iniciou-se na Rússia como uma nova fase de agonia para os trabalhadores urbanos e camponeses pobres, por conta da participação

do Império Russo na guerra imperialista, que agudizou em todo o país o sofrimento humano e as contradições sociais. O descontentamento com a situação política e social aflorou nas fábricas e bairros operários das grandes cidades.

No mês de fevereiro de 1917 a crise agravou-se, visto que no dia 16 iniciou-se o racionamento do pão e outros víveres à população. No dia 18 foram anunciadas demissões de operários da Usina de Putilov, uma grande indústria situada em Petrogrado que empregava mais de 30 mil operários, e no dia 19 várias padarias foram assaltadas pelas massas famintas e desesperadas.

No dia Internacional da Mulher de 1917 (23 de fevereiro, segundo o calendário juliano adotado na Rússia dos Romanovs; 8 de março, conforme o calendário gregoriano, usado no Ocidente³), milhares de operárias têxteis e de donas de casa saíram às ruas para protestar contra a carestia, denunciar a situação de fome e exigir pão para os trabalhadores e suas famílias.

Em 24 de fevereiro, 200 mil operários entraram em greve em Petrogrado, impondo-se, de modo contundente, gritos antigovernamentais e pacifistas, junto com as reivindicações de abastecimento. No dia seguinte, a tentativa de repressão por parte das tropas fez aumentarem ainda mais as mobilizações e o apoio social aos manifestantes; soldados dispararam para o ar, expressando, desse modo, simpatia pelo movimento. No dia 26, verificaram-se motins em diferentes regimentos e guarnições na capital. Por fim, no dia 27 de fevereiro, soldados e operários ocuparam a fortaleza de Pedro e Paulo em Petrogrado e libertaram prisioneiros políticos; ademais, saquearam o arsenal, apoderando-se das armas e munições. Em consequência, a capital ficou por completo nas mãos dos insurretos: a bandeira vermelha tremulou sobre o Palácio de Inverno.

Tal situação fez que os membros da Duma, o parlamento russo, recusassem obedecer às ordens do tsar para dispersar e dissolver a assembleia. Numa atitude de imitação dos revolucionários franceses de 1789, os parlamentares russos decidiram continuar os trabalhos e passaram a deliberar em uma sala que não era o recinto habitual de reuniões. O desenvolvimento das mobilizações de final de fevereiro levou à declaração do Governo Provisório por parte dos representantes parlamentares. Finalmente, em 3 de março, Nicolau II, “o Sanguinário”, aceitou abdicar do poder e, assim, a Rússia foi libertada do tsarismo, pondo fim à dinastia Romanov, que governava desde 1613, reinado que já durava oito gerações e contabilizava mais de 300 anos. O nome Governo Provisório se deu diante da perspectiva de realização de uma Assembleia Constituinte para escolher

³ Na Rússia dos tsares vigorava o calendário juliano, com uma defasagem de 13 dias em relação ao calendário gregoriano, utilizado no Ocidente. O calendário russo foi compatibilizado ao ocidental em 1º de fevereiro de 1918. Neste texto, as datas referidas até fevereiro de 1918 seguem o calendário juliano.

a nova forma de governo. Por sua vez, os trabalhadores, sem esperar as ordens legislativas, passaram a organizar os seus órgãos de poder, que, segundo Ana Pankratova, foram “os soviets de deputados operários, os sindicatos e os comitês de fábrica” (1976, p. 24).

Os soviets eram os órgãos principais da expressão política dos trabalhadores e soldados. Surgiram pela primeira vez na Rússia na Revolução de 1905, e voltavam na Revolução de Fevereiro de 1917. De acordo com Gregory Zinoviev: “sem revolução, os soviets são impossíveis” (2013, p. 88). Segundo Leon Trotsky, “os soviets representaram o embrião de um governo revolucionário” (2013, p. 59). Pelo *modus operandi* dos soviets, os delegados eram escolhidos em eleições diretas pelos populares participantes e os eleitos respondiam de modo imediato, podendo haver a revogação dos mandatos no caso de não cumprimento das funções em consonância com os interesses dos representados⁴. Ao comentar essa característica da representação soviética, John Reed considerou: “nunca antes foi criado um corpo político mais sensível e perceptivo da vontade popular. Isto era necessário, pois, nos períodos revolucionários, a vontade popular muda com grande rapidez” (2016).

Vale destacar que, nos últimos dias de fevereiro de 1917, a dinastia Romanov, que governava segundo os interesses dos grandes proprietários rurais da Rússia, perdeu o seu principal esteio de sustentação no poder: o exército. Após três anos na sanguinolenta guerra, os russos contabilizavam cerca de 3,3 milhões de homens mortos, número que representava 40% das baixas sofridas pelos exércitos da *Entente*. Somadas a essas trágicas baixas, havia por volta de oito milhões de vítimas e mais de seis milhões de pessoas que foram desalojadas. Ainda mais, o estado tsarista não conseguia armar nem alimentar os seus 16 milhões de mobilizados para a guerra. A tática de “ondas humanas” resultara em baixas consideráveis, como na contraofensiva dirigida por general Brusilov, após a ofensiva alemã no território russo, que resultou na morte de 500 mil soldados do tsar, em 1916. Naquele momento começaram as deserções em massa no exército do Império dirigido pelos Romanovs.

Enquanto a massa de soldados morria na frente de batalha, algumas empresas contabilizavam lucros fabulosos devido à Guerra. Como escreveu Leon Trotsky:

A Companhia Têxtil dos Riabushunskys (...) apresentava um lucro líquido de 75%; a Companhia Tver, 111%; as laminações de cobre Kolchugin, cujo capital era de 10 milhões, ganhou mais de

⁴ Uma avaliação acerca dos soviets na história foge ao escopo do presente trabalho, contudo, indica-se que o texto de Milton Pinheiro (2013) traz elementos importantes, ao situar a reflexão teórica sobre os conselhos operários considerando os autores das formulações e os seus respectivos contextos.

12 milhões num ano. Neste setor a virtude patriótica era generosamente recompensada, e notemos, sem retardamento. (1978, p. 41)

No meio rural, os pequenos camponeses eram golpeados pelas mobilizações militares, enquanto o gado e a produção agrícola eram requisitados; em concomitância, a indústria voltada para a guerra rompia relações com o campo, deixando de fornecer os bens e materiais de que este necessitava. Nas cidades, a inflação corroía os salários, chegando às cifras de 300% a 400% ao ano. A falta de produtos básicos de alimentação favorecia a especulação, comerciantes e grandes produtores agrários lucravam com a situação de escassez. Quando chegavam, os auxílios prometidos pelos Aliados se mostravam insuficientes. Tal situação colocou os soldados de baixa patente ao lado dos manifestantes nas ruas em fevereiro de 1917.

A Revolução de Fevereiro abriu uma nova fase para o protagonismo dos trabalhadores na história. Havia ficado evidente que as greves operárias e as mobilizações resultaram na queda do tsar; doravante, os proletários exigiam melhorias reais em suas condições de vida. Sendo assim, passaram ao processo de organização, retomando a experiência que fora reprimida em 1905. Nesse passo, os trabalhadores fizeram ressurgir os sovietes (conselhos), uma forma de assembleia eleita pelos trabalhadores. Distintamente da Revolução de 1905, quando a organização se restringiu à área urbana industrial, em fevereiro de 1917 formaram-se sovietes locais, eleitos em várias cidades e vilarejos da Rússia; estabeleceram-se também os sovietes regionais, provinciais e o Comitê Central Executivo dos Sovietes de toda a Rússia, de modo que se pode perceber a ampliação organizativa e qualitativa do processo de fevereiro em relação à primeira Revolução Russa. Tanto em 1905 quanto em fevereiro em 1917, os sovietes surgiram por iniciativa espontânea de grupos de trabalhadores em greve, como organização eleita diretamente pelos operários; além disso, foram resultado de um vasto movimento de rebelião dos trabalhadores nos principais centros industriais do país.

A primeira composição política do Governo Provisório foi a dirigida pelo príncipe Lvov, um grande proprietário de terras, organizada por Pavel Miliukov, dirigente do Partido Constitucional Democrata (KDT, ou Cadete), agremiação política da grande burguesia liberal-conservadora, que objetivava uma monarquia constitucional para a Rússia. Pode-se afirmar que os cadetes dirigiram a formação do governo após a abdicação de Nicolau II, em seguida à tentativa frustrada de salvar a dinastia Romanov com a indicação de D. Miguel, que recusou o posto de monarca. O gabinete montado em início de março contava com três destacados industriais como ministros: o Ministério da Guerra ficou com Alexander Guchkov, um grande

capitalista e político da União 17 de Outubro (também chamada de Partido Outubrista, uma agremiação que surgira em outubro de 1905 em defesa da monarquia constitucional); para o Ministério das Finanças foi escolhido o banqueiro M. Tereschenko, e o de Comércio e Indústria foi assumido por Alexander Konovalov, um dos maiores industriais do ramo têxtil da Rússia. Para o Ministério da Justiça foi escolhido o político Alexander Kerensky, deputado da Duma que acumulava uma das Vice-Presidências do Soviete de Petrogrado e cuja origem política remonta ao grupo *Tudrovique*, um segmento de oposição parlamentar ao tsarismo na primeira Duma, de 1906. Após a Revolução de Fevereiro, Kerensky se ligou ao Partido dos Socialistas-Revolucionários.

A montagem do Governo Provisório, após os acontecimentos de fevereiro, foi dirigida pela oposição liberal-conservadora, com o apoio da hierarquia do exército, que objetivou se desligar de Nicolau II para controlar o estouro revolucionário, além de manter a participação russa na guerra imperialista ao lado da França e Inglaterra, contra a Alemanha, o Império Turco-Otomano e a Áustria-Hungria. A política de Miliukov, ministro das Relações Exteriores, pautava-se pela expansão do território russo à custa do Império Otomano. Sendo assim, evidencia-se que a substituição de Nicolau II pelo Governo Provisório não havia mudado a essência da orientação econômico-social imposta pelo tsarismo à Rússia, haja vista que permaneceu a política sustentada em anexações de novas terras ao Império Russo.

Deve-se considerar os partidos socialistas da Rússia. Os Socialistas-Revolucionários eram de longe o maior partido em 1917. O seu programa considerava os princípios do coletivismo inerente à comunidade camponesa russa, motivo pelo qual eram vistos como o partido do campesinato. Ao longo do ano de 1917, podem-se verificar correntes diferentes no interior daquela organização. A sua ala direita conclamava o povo russo à guerra até a vitória final; sua fração de centro, liderada por Chernov, defendeu a coalizão com a burguesia liberal; enquanto o seu agrupamento à esquerda, refletindo a organicidade dos camponeses pobres do país, passou a apoiar as ocupações de terras, a formação dos sovietes rurais e o aprofundamento da revolução.

O Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) fora fundado em 1898. No Congresso de 1903 ocorreu uma divisão em suas fileiras. De um lado, a maioria, os *bolcheviques*, fração dirigida por Lênin; de outro, a minoria, os *mencheviques*, agrupamento liderado por Julius Márto e Pavel Axelrod. O programa do POSDR seguia as posições da Internacional Socialista, adaptadas ao contexto russo, tendo como referência a base teórica ancorada no marxismo específico daquela organização. Os bolcheviques se caracterizavam por defender propostas mais radicais,

enquanto os mencheviques advogavam posições socialistas moderadas. Bolcheviques e mencheviques atuaram conjuntamente até 1912, momento em que a divisão ganhou maior expressão política. Destaca-se que, após a Revolução de 1905 e até meados de 1917, os mencheviques foram maioria entre os militantes da social-democracia no solo russo.

Torna-se importante destacar que nenhum dos partidos socialistas esteve à frente dos acontecimentos de fevereiro de 1917. As mobilizações das mulheres do dia 23, a greve geral do dia 24, a rebelião dos soldados nos diferentes regimentos e a insurreição do dia 27 de fevereiro não foram dirigidas por nenhum partido ou agrupamento político. De modo que a Revolução de Fevereiro foi um estouro espontâneo protagonizado por mulheres operárias, operários e, na sequência, também por soldados de baixa patente.

As interpretações cold warriors acerca da Revolução de Fevereiro

Autores da historiografia oficial do Ocidente, produzida no bloco capitalista no contexto da guerra fria, interpretaram de modo diferente a Revolução de Fevereiro de 1917. Um dos representantes dessa corrente, Adam Ulam, afirmou:

Os acontecimentos de fevereiro-março não foram provocados simplesmente por um levante dos trabalhadores e o motim da guarnição de Petrogrado. Numa amplitude maior do que ninguém em poucas semanas poderia admitir, a revolução teve um caráter patriótico, decidida a derrubar um governo e um regime incapaz de dar um destino vitorioso à guerra travada então. (1976, p. 359)

Assim, de acordo com essa visão, a Revolução de Fevereiro teria sido expressão de “um caráter patriótico” vindo a mobilizar pela “vitória na guerra”, trabalho que a dinastia dos Romanovs não conseguiria mais cumprir. Tal posição expressa os anseios políticos dos setores liberal-conservadores do Governo Provisório, que apregoavam a continuidade da Rússia no conflito. Entretanto, a população reprovava a Guerra. Segundo o historiador Marc Ferro, no dia 25 de fevereiro, “Na praça Znamenskaia a multidão confraternizou com os cossacos. Gritavam ‘Pão’, ‘Viva a República’, ‘Abaixo a guerra’” (2004, p. 32). De modo que o tsarismo foi desalojado do poder por sua identificação com o conflito imperialista no qual o povo russo foi lançado. Se, por um lado, o Governo Provisório fez o país continuar na carnificina, por outro, argumentava pela necessidade de defender a democracia conquistada e a nação, ocultando os desígnios da ofensiva: anexações de territórios à Rússia. Ao reconhecer os gritos ecoados

das manifestações, observa-se que a posição de Ulam não se sustenta empiricamente.

Richard Pipes, também estudioso da Revolução Russa na perspectiva da corrente tradicionalista ocidental dos anos 50 do século XX, enfatizou o protagonismo dos soldados para explicar a Revolução de Fevereiro. Segundo sua visão:

O peso secundário dos fatores econômico-sociais na Revolução Russa torna-se evidente a partir do exame dos acontecimentos de fevereiro de 1917, que não configuram uma revolução dos “trabalhadores” – o coro das fábricas apenas repetia e amplificava as ações dos verdadeiros protagonistas, os soldados. O motim da guarnição de Petrogrado estimulou as desordens da população civil, descontente com a inflação e a escassez. (...) O registro histórico é indubitável: o tsar não foi forçado à abdicação pelos trabalhadores e camponeses, cedendo aos chefes militares e líderes parlamentares por sentimento patriótico. (1997, p. 362)

Pipes aponta, assim, duas questões sobre fevereiro: o protagonismo dos soldados e o senso “patriótico” do tsar Nicolau II. Vale destacar que a sublevação dos regimentos proporcionou grande visibilidade aos soldados na Revolução de Fevereiro, pois a decisão mais radical tomada pelo Soviete de Petrogrado na fase inicial foi o *Prikaz* n. 1, em 1º de março de 1917, norma imposta pelos soldados que impactou toda a hierarquia militar. Estabelecia que os soldados e os marinheiros tinham o direito de eleger os delegados dos sovietes, bem como participar da escolha dos comandos e de toda a hierarquia militar, e que em “todos os seus atos políticos, a unidade militar obedece ao soviete de deputados operários e soldados, e a seus comitês” (*apud* FERRO, 2004, p. 107). A presença dos soldados na Revolução de Fevereiro se expressou na representação dos membros da caserna de baixa patente no Soviete de Petrogrado e no Comitê Executivo dos Sovietes. A capital russa contava com cerca de 150 mil soldados, mas o número de operários era por volta de quatro vezes maior. Contudo, na representação soviética em março de 1917, a cada dois delegados operários, havia cinco representantes dos soldados. “O tecido cinza dos uniformes constituía o pano de fundo do Soviete.” (TROTSKY, 1978, p. 193) Entretanto, vale destacar que os soldados aderiram às manifestações somente após as movimentações das mulheres e a greve das operárias e operários, o que permite evidenciar a incorreção na afirmativa de protagonismo dos soldados nos acontecimentos de fevereiro. A maioria dos sovietes, com as representações das fábricas e dos bairros operários, será formada após o estabelecimento do Comitê Executivo, o que explica a defasagem de delegados vinculados aos trabalhadores na representação soviética nessa fase da Revolução. Em síntese, as trabalhadoras e os trabalhadores, por

meio das manifestações e greves, trouxeram os soldados à luta revolucionária, não o contrário; embora a representação dos membros da caserna no soviete tenha sido desproporcional em relação ao número de operários existentes em Petrogrado naquele momento.

R. Pipes, como vimos, também quer transformar um monarca sanguinário em um rei “com sentimento patriótico”, um autocrata quase cidadão. No entanto, Nicolau II recusava a representação política no país, defendendo a forma de governo sem o parlamento. O tsar rejeitava o diálogo com os membros da comunidade nacional russa e dos povos a ele subordinados. O imperador acreditava que, sendo o representante escolhido por Deus, não deveria abrir mão de seu poder. O último Romanov reprimia duramente o movimento operário e proibia a sua organização. Em 9 de janeiro de 1905, durante o seu reinado, ocorreu um massacre numa manifestação pacífica – uma procissão de populares dirigida pelo padre Gapón, com idosos e crianças inclusos, que objetivava entregar ao monarca uma petição, com mais de cem mil assinaturas, que continha reivindicações de melhorias sociais. O cortejo seguia com orações, ladainhas religiosas e cantos ao “papaizinho tsar” (*batiuchka*), em referência a Nicolau II. A repressão ocorreu quando os soldados abriram fogo contra a população indefesa, o que resultou em dezenas de mortos e centenas de feridos. Os que protestavam pacificamente sofreram devido às balas disparadas pelos cossacos, pessoas foram pisoteadas pelos cavalos e pelos próprios manifestantes em pânico. Sobre o acontecido, o autocrata declarou que: “perdoa ao seu povo por se ter revoltado”. O tsar com suposto “senso patriótico” aceitou chamar eleições para um parlamento somente após a Revolução de 1905, mesmo assim apenas com voto censitário e estabelecendo diferenças nas escalas de representação. Ademais, a primeira Duma foi dissolvida em cerca de dez semanas. A segunda, eleita em 1907, durou pouco mais de quatro meses. A terceira, eleita logo depois, caracterizou-se como conservadora, mas, mesmo assim, foi desconsiderada pelo autocrata nas questões importantes referentes ao poder na Rússia. A quarta Duma, eleita em 1912, também teve influência política limitada. Ainda no reinado de Nicolau II ocorreu o massacre dos mineiros do Rio Lena (1912), trabalhadores que deflagraram uma greve; com o intuito de acabar com o movimento, o regime respondeu com uma violenta repressão, fazendo cerca de 200 mortos e centenas de feridos. Ainda mais, o tsar incentivava abertamente o antissemitismo, financiando o grupo reacionário Centúrias Negras, que levava a depredações e matanças em bairros dos judeus, grupo étnico-religioso eleito bode expiatório dos problemas pelos quais passava o Império Russo. Para se ter a dimensão do universo imaginário do último Romanov, recorda-se a conversa, ocorrida em janeiro de 1917, entre o autocrata russo e o embaixador britânico, George

Buchanan, que perguntou a Nicolau II como planejava reconquistar a confiança de seus súditos, ao que o tsar respondeu: “Eu devo reconquistar a confiança do meu povo, ou o meu povo deve reconquistar a minha?”. Nota-se que o “senso patriótico” na postulação de Pipes em relação ao tsar Nicolau II representa um esforço na formação de uma falsa consciência, uma visão ideológica insustentável com base nos documentos, fatos e acontecimentos.

Vale frisar que os autores de trabalhos sobre a Revolução Russa comprometidos com a visão ortodoxa da guerra fria expressaram um forte anticomunismo, uma visão negativa em relação às mobilizações sociais e colocaram as revoluções como acidentes históricos que atrapalharam o curso de uma evolução político-institucional “patriótica”. Eles destacaram as ações das elites políticas e militares na especificidade da Revolução de Fevereiro, ao passo que desacreditaram a participação popular por transformações e ocultaram o protagonismo de operárias e operários. Sendo assim, descartaram as movimentações de fevereiro como espontaneamente surgidas dos trabalhadores.

É válido destacar que o procedimento de análise da historiografia *cold warrior*, e sobretudo as suas conclusões, relacionam-se à característica geral da decadência ideológica da burguesia, conforme a conceituação desenvolvida por G. Lukács (1968, p. 52), que se caracteriza pelo abandono da ação estudiosa com vistas a desvendar a realidade efetiva. Para o mestre de Budapeste, a noção de decadência ideológica da burguesia expressa a apologia resultante do compromisso entre os intelectuais do capital e o *status quo*, de modo que a intelectualidade burguesa atua enquanto sentinela da ordem social, para que ninguém retire dos estudos conclusões que possam desacreditar o sistema. A especificidade da decadência ideológica expressa pelos autores pró-Occidente na *guerra fria* está na sua carência de base empírica, visto que defendem a ideia de que o tsarismo caminhava na direção de aceitar a estruturação da representação nacional, enquanto, na realidade, a monarquia russa almejava a manutenção do absolutismo em sua forma mais antiquada e caduca.

Pode-se dizer, portanto, que o intuito da perspectiva burguesa ao estudar o processo revolucionário russo, na época do conflito polarizado entre os dois blocos, era o de promover a apologia da ordem do capital, revelada no desinteresse em desvendar as circunstâncias e as condições das ações dos trabalhadores na história.

A espontaneidade na Revolução de Fevereiro

O revolucionário Leon Trotsky criticou a explicação da Revolução de Fevereiro como movimento espontâneo, pois, segundo sua visão, tal

avaliação não favoreceria a elucidação daquele acontecimento. E perguntava:

Quem dirigiu a Revolução de Fevereiro? Podemos, por conseguinte, responder com a clareza desejável: os operários conscientes e bem temperados e sobretudo os que se formaram na escola do partido de Lênin. Devemos acrescentar porém que esta liderança suficiente para assegurar a vitória da insurreição não estava em condições, logo no início, de colocar a direção do movimento revolucionário entre as mãos da vanguarda proletária. (1978, p. 143)

Na posição de Trotsky, de considerar a Revolução de Fevereiro enquanto uma insurreição anônima, a II Revolução Russa teria sido preparada pela ação das organizações ilegais ou legais, depois realizadas pelos trabalhadores e soldados, o que permite concluir que, no seu julgamento, existiu uma direção tácita da processualidade revolucionária. Neste sentido, a Revolução de Fevereiro não teria sido espontânea, mas anônima. Para explicar a velocidade na qual circulavam as informações e a consolidação das ações entre os populares no final do segundo mês de 1917, Leon Trotsky atribuiu importância às ações dos bolcheviques.

Em um texto atribuído a Iosif Stálin, no qual se discute a história do Partido Comunista da União Soviética, no tocante à Revolução de Fevereiro, afirma-se o protagonismo dos bolcheviques:

Enquanto os bolcheviques dirigiam a luta direta, das massas nas ruas, os partidos oportunistas, mencheviques e socialistas-revolucionários, preocupavam-se em obter postos de deputados nos soviets, alcançando a maioria na representação. Para este resultado contribuiu, em parte, o fato de que a maioria dos dirigentes do Partido Bolchevique se encontrava no cárcere ou na deportação (Lênin se encontrava na emigração, e Stálin e Sverdlov estavam deportados na Sibéria), enquanto os mencheviques e social-revolucionários encontravam-se livremente nas ruas de Petrogrado. Assim se explica que os representantes dos partidos oportunistas, mencheviques e socialistas-revolucionários, se apossaram da direção do Soviete e de seu Comitê Executivo. (2016, pp. 92-3)

Pode-se perceber que a posição de Stálin rejeitava a tese de anonimato para caracterizar a Revolução de Fevereiro, ao afirmar a preponderância do Partido Bolchevique nos acontecimentos. Para explicar o domínio dos mencheviques e socialistas-revolucionários nas instâncias soviéticas em março de 1917, Stálin o atribuiu à perspicácia dos oportunistas de se apoderarem dos lugares de decisão, enquanto os revolucionários estiveram organizando o movimento, ou presos na Sibéria. Em suma, a narrativa

stalinista, por um lado, propalou o protagonismo bolchevique em fevereiro, por outro, o saldo político colhido pelos mencheviques, como a Presidência e a maioria dos soviets, era apresentado com base na esperteza dos oportunistas. Tal posição favorece muito mais um julgamento moral do que uma avaliação da realidade. Contudo, é importante dizer que esta foi a posição oficial da União Soviética no período stalinista, bem como dos Partidos Comunistas, sobre a II Revolução Russa.

Vale destacar, entretanto, que os partidários de Lênin estavam em situação desfavorável no começo de 1917. Os militantes experientes estavam fora do país ou desterrados na Sibéria, ficando a direção bolchevique em Petrogrado sob a responsabilidade do metalúrgico Schliapnikov, do operário Zalutsky e do estudante Molotov. A linha política dos bolcheviques após a Revolução de 1905 compreendia as três palavras de ordem – república democrática, jornada de oito horas e confiscação das terras dos nobres –, o que se chamava familiarmente de “as três baleias” do bolchevismo, em alusão às baleias sobre as quais repousa o Globo terrestre, segundo antiga crença popular russa.

Frisa-se que o primeiro *Manifesto* bolchevique na Revolução de Fevereiro saiu apenas no dia 27, portanto, três dias após a greve geral e, além disso, no segundo dia posterior ao início da revolta dos soldados. Segundo Lisa Foa (1972, p. 105), a ideia de dar vida a um soviets se manifestou nas fábricas de Petrogrado em 24 de fevereiro. Entretanto, o documento bolchevique conclamava: “Os operários das fábricas e das usinas, assim como as tropas rebeldes, devem escolher sem demora seus representantes ao governo revolucionário provisório, que deve ser constituído sob a guarda do povo revolucionário amotinado e do exército.” (Apud FERRO, 2004, p. 107)

O conteúdo da declaração bolchevique de 27 de fevereiro chamava os operários à eleição de representantes para o Governo Provisório, mas não mencionava em nenhum dos parágrafos as eleições para os soviets, que estavam em curso. Vale dizer que a instância soviética ocorria em paralelo ao governo oficial. Percebe-se que a demora e o conteúdo da divulgação da posição bolchevique desautorizam a tese de Trotsky, que ressaltava a importância dos bolcheviques na veiculação das informações no contexto da insurreição anônima. Além disso, o atraso no posicionamento e a linha explicitada pelo partido leninista negam por completo o escrito de Stálin, que é laudatório às ações dos bolcheviques no segundo mês de 1917, mas cuja informação não é sustentada, pois inexistente documental. Deve-se notar que o partido de Lênin seguiu os acontecimentos protagonizados pelos operários e soldados nos eventos de fevereiro, não desempenhando ações dirigentes ou, tampouco, determinantes na sua deflagração.

De acordo com o historiador Pierre Broué:

A Revolução de Fevereiro de 1917, a chamada “insurreição anônima”, foi um levante espontâneo das massas, surpreendendo a todos os socialistas, inclusive os bolcheviques, cujo papel, como organização, foi nulo durante os acontecimentos, apesar de que seus militantes desempenharam um importante trabalho individualmente nas fábricas e nas ruas como agitadores e organizadores. Em 26 de fevereiro, o birô russo, encabeçado por Schiliapnikov, recomendava ainda aos operários atuar com prudência: sem dúvida, alguns dias depois se cria de fato uma situação de duplo poder. (S/d, p. 114)

Vale destacar que a explicação de Broué sobre os acontecimentos de fevereiro combina as noções de “insurreição anônima” com “levante espontâneo”. Sua reflexão parte da constatação de que não há documentos que atestem a intervenção bolchevique enquanto partido, ao contrário, pois a posição bolchevique foi manifestada após a greve e a rebelião da caserna. Broué lembra que o dirigente do partido em Petrogrado, A. Schiliapnikov, recomendava prudência, porquanto é possível inferir que tal aviso refletia a permanência na memória dos ativistas revolucionários do massacre sofrido pelos mineiros grevistas do Rio Berna, em 1912. Todavia, o historiador frisa a função dos militantes bolcheviques individualmente nos eventos revolucionários, mas não traz base empírica para sustentar a sua afirmação.

Durante as batalhas de fevereiro em Petrogrado, a multidão dera mostra de um extraordinário nível de organização e de solidariedade. Segundo o memorialista N. Sukhanov, “Toda a população civil se sentia contra o inimigo – a polícia e os militares. Os desconhecidos conversavam, fazendo perguntas e comentando as notícias, falando de choques com os inimigos e de seus momentos de distração” (1965, p. 20).

Deve-se ter em conta que a ausência de quadros experientes na militância na Revolução de Fevereiro não se restringia aos bolcheviques. Como informou Sukhanov, simpático aos mencheviques em 1917, em relação a todos os partidos socialistas no início dos eventos do fevereiro russo “não havia nenhum dirigente com autoridade no lugar dos acontecimentos. Estavam todos no exílio, na prisão ou no estrangeiro” (1965, p. 28).

Dos intelectuais que se debruçaram sobre os eventos do fevereiro russo, quem melhor apreendeu o sentido de seus acontecimentos foi o historiador inglês E. H. Carr, visto que afirmou: “A Revolução de Fevereiro de 1917, que derrubou a dinastia Romanov, foi um estouro espontâneo das massas exasperadas pelas privações da guerra e por uma evidente desigualdade na divisão das cargas bélicas.” (1977, p. 86)

Torna-se possível avaliar que os eventos de fevereiro foram realizados pelas massas de trabalhadores e soldados, de modo espontâneo,

independente dos partidos, motivados pela privação imposta à população pelos dominantes com a manutenção do povo russo na guerra.

Para o historiador Marc Ferro (1967), a quantidade menor de votos para os bolcheviques nas eleições das representações soviéticas deve ser explicada pelos próprios equívocos do Partido, que não priorizou a formação dos sovietes na irrupção revolucionária de final de fevereiro. Tal posição se deve não ao fato de que estivessem à frente das greves ou das revoltas dos soldados, mas devido à aposta do partido na constituição de um governo revolucionário, à revelia dos conselhos populares. Vale ressaltar que os bolcheviques logo abandonaram o equívoco, sendo responsáveis pela criação de vários sovietes nos bairros operários, como o emblemático Soviete de Vyborg, no subúrbio industrial de Petrogrado. Entretanto, aos olhos da maioria dos operários e soldados participantes dos acontecimentos de fevereiro, os mencheviques e os socialistas-revolucionários apareciam melhor sintonizados aos seus anseios com relação aos próximos passos políticos a serem dados. Assim, o menchevique Cheidze foi eleito presidente do Soviete de Petrogrado e para as Vice-Presidências foram escolhidos o também menchevique Skobelev e o deputado da Duma A. Kerensky. Para o Comitê Executivo, além dos membros da Presidência, foram eleitos o socialista internacionalista Nicolai Sukhanov, o jornalista social-democrata I. Steklov e o bolchevique A. Schiliapnikov; foram, ainda, admitidos representantes dos comitês centrais e dos comitês locais de Petrogrado dos partidos socialistas. Portanto, os mencheviques conquistaram a maioria no Conselho Executivo da representação soviética de Petrogrado na II Revolução Russa.

De início, os mencheviques e socialistas-revolucionários se sintonizaram aos anseios das massas, ao passo que animaram a formação dos sovietes. A proposta emergida no interior dos conselhos foi a de guerra defensiva, sem anexações. Tal política foi nomeada de defensismo revolucionário, que transformava uma guerra imperialista em uma guerra defensiva, a pretexto de que era uma guerra para defender as conquistas da Revolução de Fevereiro e a nação. A consequência foi a permanência da Rússia no conflito. A posição dos bolcheviques exortava a transformação da “guerra imperialista” em uma “guerra civil” do proletariado contra a burguesia e a aristocracia, mas não teve a maioria do apoio entre os delegados dos sovietes. Por seu turno, a maioria dirigida pelos mencheviques e socialistas-revolucionários aprovou o apoio crítico do soviete ao Governo Provisório.

A dualidade de poderes na Rússia

Torna-se possível observar que a Revolução de Fevereiro resultou em dois governos na Rússia. De um lado, os representantes na Duma improvisaram a administração da burguesia, que buscava redigir uma Constituição, controlar o movimento operário e recompor o estado em novas bases jurídicas e políticas, além de continuar com a participação na guerra imperialista junto aos Aliados. Do outro, o Soviete dos Operários, Soldados e Camponeses foi o comando dos trabalhadores, que exigiam melhores condições de vida, alimentação e paz sem anexações. Os dois poderes, a princípio, tinham sua sede lado a lado no Palácio Táuride, observando-se e tratando-se com certa cordialidade. Entretanto, o bloco do partido cadete e outubrista batia pela permanência da Rússia na guerra imperialista em favor dos Aliados, defendia a recomposição do estado, o retorno da disciplina no exército, a proteção da propriedade privada no campo e na cidade e era cauteloso quanto às reformas sociais do trabalho, que impactariam financeiramente a indústria. Em contraponto estavam os setores populares que atuaram nos eventos de fevereiro: tratava-se, para eles, de efetivar o que chamavam de “democracia revolucionária”.

Com a Revolução de Fevereiro uma série de reivindicações econômicas e sociais dos trabalhadores emergiu, resultado do protagonismo operário naquele acontecimento, mas essas demandas no plano social não foram incorporadas prontamente pelo Governo Provisório. Em consequência, surgiram as mobilizações proletárias pela redução da jornada para oito horas de trabalho, a defesa do salário “na medida de um cidadão livre”, um regime constitucional na fábrica e o controle operário da produção. Os trabalhadores exigiam melhorias sociais e nas suas condições de vida.

O Governo Provisório não possuía mandato eleitoral, entretanto, sua autoridade derivava da Duma e contava com o apoio tácito das lideranças do Soviete. Os mencheviques e socialistas-revolucionários dirigiam a instância soviética, mas sob pressão de uma massa participativa atenta, aberta às propostas de lutas e disposta às ações. Segundo Victor Serge, “O soviete proclamou sua intenção de paz; o governo burguês, a sua fidelidade aos Aliados. A dualidade era um conflito de poderes” (1993, p. 53).

O Soviete, entretanto, movimentava-se e empreendeu a organização dos soldados, além de provocar a prisão do tsar e sua família, impedindo-os de partir para a Inglaterra. Tal diligência foi protagonizada pelas milícias operárias constituídas no calor da mobilização.

A Revolução de Fevereiro testemunhou o desmantelamento do aparelho repressivo do estado tsarista. As sedes de polícia e as prisões foram queimadas e os arsenais foram expropriados pelos sublevados – segundo S. Smith (1985, p. 98), eles se apropriaram de “40.000 rifles e 30.000

revólveres”. A força policial foi derrubada e substituída por duas milícias. Uma delas era a milícia civil, organizada em comissariados distritais e subdistritais, submetida às autoridades das Dumas municipais. A outra eram milícias operárias, criadas pelos trabalhadores entre os dias 28 de fevereiro e 1º de março, formadas pelos operários das fábricas e usinas de Petrogrado, organizadas a partir dos comitês de fábrica. Segundo Victor Serge, a iniciativa da formação das milícias operárias foi, “em Petrogrado, dos operários das fábricas, que tomaram instintivamente desde a queda do tsarismo” (1993, p. 66). O serviço das milícias operárias operava por plantão e os trabalhadores alistados nos destacamentos recebiam a remuneração como se estivessem em atividade na fábrica. Eram remunerados pelos patrões, mas atuavam de modo independente em relação a eles. Entre os membros da milícia operária encontravam-se mulheres trabalhadoras. Em março, as milícias operárias contavam com cerca de 10.000 membros e as oficiais possuíam o mesmo número.

Nos dias de abril a julho verificaram-se os esforços por parte do Governo Provisório e da maioria do Comitê Executivo dos Sovietes no sentido de desarmar e dissolver as milícias operárias, integrando-as à milícia civil. Os mencheviques e socialistas-revolucionários defendiam o desarmamento do operariado, mas não conseguiram efetivar a proposta. O Partido Bolchevique, por sua vez, destacou dois militantes, Schiliapnikov e Eremeev, para o trabalho de sistematizar a organização espontânea das milícias dos trabalhadores. Contudo, o Governo Provisório, com o apoio dos socialistas moderados, deliberou que os patrões não teriam a obrigação de remunerar o destacamento dos proletários. Com isso, a milícia operária apresentava, no final de maio, uma redução para 2.000 membros.

A instauração das milícias civis representava o projeto de recompor a máquina estatal, ao torná-las um dos instrumentos de “monopólio da violência” aceita pelo estado, juntamente com as forças armadas. As milícias operárias, por sua vez, direcionavam-se no sentido de instituir não os elementos do estado burguês, mas de estabelecer “o povo em armas”. Nesse sentido, segundo S. Smith, “os bolcheviques defendiam a reorganização da milícia dos trabalhadores como fase de transição para o armamento geral da população de Petrogrado” (1985, p. 100).

Observa-se a complexidade da crise russa a partir do mês de maio, com um governo dual em que cada parte empreendia o fazer-se no intuito de consagrar as suas instituições, o que refletia o equilíbrio instável de poder no processo revolucionário inconcluso. Segundo Leon Trotsky, “O regime da dualidade de poderes só é possível em épocas revolucionárias e constitui mesmo uma das suas características fundamentais” (1978, p. 184).

Vale destacar que V. Lênin foi um dos primeiros revolucionários a teorizar sobre a situação de dualidade de poderes. O esforço da liderança

rusa de apreender a realidade se completou no sentido de corrigir os posicionamentos adotados pelo Partido Bolchevique em meados do mês de março, visto que, com a recomposição da direção partidária ocorrida com a liberação dos militantes presos e deportados, assumem o comando bolchevique na cidade de Petrogrado os dirigentes Muranov, Kamenev e Stálin. Segundo Pierre Broué, “os bolcheviques adotaram as teses dos mencheviques, segundo a qual [sic!] é preciso que os revolucionários russos prossigam na guerra para defender as suas recentes conquistas democráticas da agressão do imperialismo alemão” (s/d, p. 115).

A posição dos mencheviques compreendia a necessidade de defesa do Governo Provisório, tido como fiador das liberdades democráticas e garantidor do defensismo revolucionário em relação à Guerra. O conflito, doravante, seria visto como a forma de se defender a “democracia revolucionária” e o povo do inimigo estrangeiro. Como pano de fundo, essa parte da social-democracia russa compreendia que se processava no país uma revolução burguesa, que deveria ser completada com o apoio dos trabalhadores, para no futuro o proletariado ter a condição de realizar a sua própria bandeira de reivindicação independentemente dos detentores do capital. Nesse passo, na visão menchevique caberia a defesa do Governo Provisório contra os apoiadores da aristocracia reacionária e do inimigo externo na Guerra. Assim, por ora, segundo o posicionamento dos moderados, a função dos trabalhadores era seguir a reboque da direção burguesa do processo político e social russo.

No texto de Lênin *As tarefas do proletariado na presente revolução*, escrito que ficou conhecido como *Teses de abril*, divulgado logo depois de seu retorno à Rússia, o dirigente bolchevique considerou:

A “dualidade de poderes” se manifesta na existência de dois governos: o governo principal, autêntico e efetivo da burguesia, o “Governo Provisório” de Lvov e companhia, que tem nas suas mãos os órgãos de poder, e um governo suplementar, secundário, de “controle”, personificado pelo soviete de deputados operários e soldados de Petrogrado, que não tem em suas mãos os órgãos de poder do estado, mas se apoia diretamente na indubitável maioria absoluta do povo, nos operários e soldados armados. (1978b, p. 22)

Na visão de Lênin, o caráter transitório da dualidade de poderes advém da contraposição dos poderes da burguesia, materializado no estado oficial, e do proletariado, colocado por suas organizações, sobretudo, os sovietes. Ao considerar a dualidade de poderes, Lênin passou a desenvolver o seu posicionamento diante do governo estabelecido:

Nenhum apoio ao Governo Provisório, explicar a completa falsidade de todas as suas promessas, sobretudo a da renúncia às anexações. Desmascaramentos, ao invés de “exigência” inadmissível e semeadora de ilusões de que este governo, governo de capitalistas deixe de ser imperialista. (1978a, p. 11)

Nesses termos, para Lênin o Governo Provisório seria um governo capitalista, portanto, incapaz de romper com o metabolismo social do imperialismo, o que expressava a impossibilidade de a administração desatar os interesses dos capitalistas russos em relação aos das potências imperialistas líderes, bem como renunciar às anexações de territórios para o Império. Por conseguinte, a carnificina da guerra continuaria mesmo com a “democracia revolucionária” pós-fevereiro.

Embora a posição de Lênin se diferenciasse da liderança do Partido em Petrogrado (com Kamenev, Muranov e Stálin à frente), que defendia o apoio crítico ao Governo Provisório entendendo a República como conquista, o juízo leniniano expressava certa continuidade com a política bolchevique desde o início da Guerra em 1914, isto é, a política de derrotismo revolucionário, de “transformar um conflito imperialista em guerra civil”.

Sendo assim, para o líder bolchevique:

A Revolução Russa de fevereiro-março de 1917 foi o começo da transformação da guerra imperialista em guerra civil. Esta Revolução deu o primeiro passo para a cessação da guerra. Apenas um segundo passo pode garantir a sua cessação, a saber: a passagem do poder de estado para o proletariado. Isto será o começo da “ruptura da frente” em todo o mundo, da frente dos interesses do capital: e só tendo rompido esta frente o proletariado pode libertar a humanidade dos horrores da guerra, dar-lhe os benefícios da paz duradoura.

E a Revolução Russa, ao criar os Soviotes de Deputados Operários, levou já o proletariado da Rússia bem perto dessa “ruptura da frente” do capital. (LÊNIN, 1978b, p. 30)

Como se percebe, Lênin continuava com a linha política bolchevique desde os tempos da deflagração do conflito imperialista, mas a realidade pós-Revolução de Fevereiro colocou um ingrediente novo, que poderia desempenhar a função de ruptura com a forma estatal burguesa. O Soviote de Deputados Operários e Soldados proporcionaria a instauração de uma nova forma de poder, superando o estado capitalista na medida em que se alimentasse das lutas dos trabalhadores e das práticas das milícias operárias. O Soviote aparecia como órgão catalisador da nova forma de poder emergente.

Sendo assim, a mudança indicada por Lênin nas *Teses de abril* em relação ao programa dos bolcheviques desde 1905 foi o abandono da

proposta de república democrática, pondo em seu lugar o horizonte da transição para outra forma de realização do social.

A consigna a ser defendida não seria a completude do estado burguês sob a forma de república democrática parlamentar, mas a superação da máquina estatal, bem como dos seus aparelhos e órgãos de administração habituais, como exército permanente, polícia, burocracia privilegiada, instituições que são colocadas acima do povo. Ao invés da consolidação estatal burguesa, buscava-se um novo contorno de estado, um estado-comuna, que “substitui o exército e a polícia, separados do povo, pelo armamento imediato e direto do próprio povo”, eis que se põe a forma social, na qual pode ser realizada a emancipação econômica dos trabalhadores. O pressuposto a ser defendido que melhor adequou o programa à realidade: “Todo o poder aos soviets!”

Em 18 de abril, o ministro cadete Miliukov emitiu uma nota afirmando que o Governo Provisório continuava firmemente comprometido com os esforços bélicos, o que evidenciava o interesse de estender o controle russo a Constantinopla, tal como haviam acordado os tratados secretos pactuados entre o governo tsarista e os Aliados. Mas, com base nas discussões populares nos soviets, nas fábricas, nas ruas e nos quartéis mobilizados, a solução deveria ser outra, ou seja, a atitude teria de ser drástica para pôr fim à carnificina da Guerra. Da paz sem anexações passou-se a reivindicar a saída da Guerra, o regresso da tropa para casa. As mobilizações de trabalhadores, soldados e camponeses levaram à renúncia do ministro das Relações Exteriores; esse novo levante popular foi conhecido como Jornadas de Abril.

Após as Jornadas de Abril, os liberais à frente do governo envidaram esforços incisivos para a cooptação dos soviets e apresentaram ao Comitê Executivo soviético uma proposta solicitando o seu consentimento para a formação de um governo de coalizão. O Comitê Executivo dos Soviets, de maioria menchevique e socialista-revolucionária, em reunião extraordinária, da madrugada de 1º de maio, decidiu aceitar compor o Governo Provisório. Depois das negociações concluiu-se o acordo sobre a partilha das pastas ministeriais, pela qual, além de dez ministros capitalistas, entraram cinco ministros socialistas: os socialistas-revolucionários A. Kerensky, ministro da Guerra e da Marinha; Victor Tchernov no Ministério da Agricultura, e A. Pechekhonov como ministro do Abastecimento; os mencheviques M. Skobelev, ministro do Trabalho, e I. Tseretelli, ministro dos Correios e Telégrafos.

Os acontecimentos que levaram às Jornadas de Abril, de certo modo, confirmaram os prognósticos de Lênin sobre os limites da “democracia revolucionária”, acerca da impossibilidade de frear a guerra imperialista por

anexações. O Governo de Coalizão lançou a dualidade de poderes em uma nova fase.

A luta pela jornada de oito horas na Rússia

As lutas pela redução da jornada de trabalho estiveram presentes no movimento operário do século XIX. Um marco importante dessa batalha foi a conquista, pelo operariado inglês, de leis que aprovaram a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, o que resultou num imenso benefício físico, moral e intelectual aos trabalhadores das fábricas. A maioria dos governos dos países do continente europeu teve de aceitar em seus territórios a lei inglesa do trabalho, em formas adaptadas, devido às pressões sociais. Celebrando a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução do salário, Karl Marx ponderou que “não foi apenas um êxito prático; foi a vitória de um princípio, pela primeira vez, em plena luz do dia, a economia política burguesa sucumbia ante a economia política da classe operária” (s/d, p. 319).

Torna-se importante ressaltar que a vitória dos trabalhadores nos combates pela redução da jornada foi um dos fatores que favoreceram a recomposição do movimento operário após a derrota das Revoluções de 1848. Pauta de luta dos operários ingleses durante 30 anos, a reivindicação foi alcançada no início da década de 60 do século XIX por várias categorias de trabalhadores⁵. Naquele estágio das condições históricas e sociais, o dia de trabalho foi limitado a dez horas. A consigna de redução da jornada de trabalho foi animada pela Associação Internacional dos Trabalhadores, em sua breve existência, de 1864 a meados dos anos 1870.

A reivindicação da jornada de oito horas de trabalho foi uma das principais bandeiras do movimento operário mundial ao longo das últimas décadas do século XIX e início do XX. Essa luta foi popularizada pela social-democracia, no contexto da Internacional Socialista (ou II Internacional) em seu momento de ascensão política, reivindicação posta na centralidade das lutas e demandas dos trabalhadores no mundo capitalista. Na Rússia as jornadas de trabalho eram extensas, legalmente de 11 horas e meia, mas em muitos casos chegavam a 14 horas por dia. No do início do século XX, a consigna de oito horas diárias de trabalho esteve inscrita no programa do Partido Bolchevique, de modo a orientar a luta efetiva dos trabalhadores.

O historiador Marc Ferro (1967, pp. 174-80), estudioso das Revoluções Russas por meio de fontes primárias, analisou os telegramas, as moções e cartas enviadas aos soviets, à Duma e ao Governo Provisório, materiais que ele chama de “cadernos da Revolução Russa”, de condição similar aos

⁵ Para um balanço das lutas pela redução da jornada de trabalho até os anos 1860, conferir Marx (2013, pp. 349-74).

Cahiers de doléans des Estats Generéaux da França de 1789, com vistas a perceber as aspirações populares. Segundo esses documentos, em fins de março a começo de abril de 1917, a principal reivindicação era o dia de oito horas de trabalho (solicitada 51 vezes, em 100 moções estudadas), vindo depois o aumento dos salários (18 vezes em 100). A questão da gestão operária das fábricas apareceu quatro vezes, em 100 verificadas. No tocante à política geral, 14 moções em 100 pediam a república democrática, 11 expunham desconfiança e outras três expressavam confiança no governo estabelecido. 12 moções exigiam que a Assembleia Constituinte fosse rapidamente reunida. Acerca desses documentos analisados por Marc Ferro, deve-se ponderar que 40% das moções vieram de Petrogrado, 25% de Moscou e 35% de outras cidades.

O pesquisador francês procedeu a uma busca sistemática, utilizando a imprensa de época e os documentos do período guardados em arquivo. Contudo, é necessário ter em conta que nem sempre é possível um estudo sistemático desses documentos e que é necessário problematizar o papel dos redatores, que podem deformar anseios populares no momento dos registros. De todo modo, a análise dos materiais permite verificar a importância da reivindicação pela redução da jornada de trabalho na Rússia em março de 1917.

Para o conjunto dos trabalhadores russos imediatamente após a Revolução de Fevereiro de 1917, a redução da jornada foi vista como prioritária. Ao se referir a este processo, Leon Trotsky frisou:

A insurreição venceu, a greve geral continua. Os operários acham seriamente que a mudança de regime lhes deve trazer também mudanças à própria sorte. Daí provém a ansiedade dos novos dirigentes, tanto liberais como socialistas. Os partidos e os jornais patriotas lançam a palavra de ordem: “soldados, às casernas; operários, às máquinas!” Ficarà tudo, então, como era dantes? Pergunta o trabalhador. “Por enquanto, sim”, respondem, confusos, os mencheviques. Mas os operários compreendem: se não houver transformações imediatas, serão mais uma vez enganados. (1978, p. 210)

Nesse passo, Trotsky observou que a questão política da Revolução de Fevereiro foi encaminhada com a formação do Governo Provisório em 3 de março, mas os operários mantiveram a greve geral pela reivindicação do dia de oito horas de trabalho. As direções constituídas nos soviets desta fase, sob a hegemonia dos mencheviques e socialistas-revolucionários, passaram a chamar os operários para o retorno ao trabalho, conforme o programa de aliança com a burguesia liberal; em consequência, parte importante dos trabalhadores começou a desconfiar dos dirigentes daquela instância. Naquele momento de alto grau de participação política, a grande maioria

dos operários não atendeu à ordem soviética emitida no início de março de 1917. Segundo o historiador David Mandel (2016, p. 24), das 111 fábricas de que se tinham informações em Petrogrado, apenas 28 voltaram ao trabalho no dia 7 de março, conforme a proposta da direção do Soviete.

A luta pela redução da jornada de trabalho após fevereiro foi construída a partir de cada fábrica, por meio de assembleias dos trabalhadores nas quais se discutia, deliberava e encaminhava o combate social. Com base em documentação de um desses espaços e momentos deliberativos, David Mandel narrou:

Em uma fábrica têxtil, um trabalhador mecânico menchevique interveio a favor da jornada de trabalho de 10 horas e meia, em solidariedade aos Aliados, e exortou os outros a se perguntarem o que os camaradas ingleses pensariam. Para fazer face, um dos trabalhadores respondeu: “Nós já nos sacrificamos tanto... Nós realmente deveríamos esperar instruções do exterior?” A reunião decidiu terminar a greve somente após a conquista da jornada de oito horas. (2016, p. 24)

Como se percebe, durante a ascensão das lutas dos trabalhadores após a Revolução de Fevereiro, os mencheviques consideravam inoportuna a reivindicação da jornada de oito horas, chegando a propor uma jornada de trabalho mais extensa que aquela da qual o proletariado inglês havia se libertado nos anos 1860. Leon Trotsky, que havia sido presidente do Soviete de Petrogrado na Revolução de 1905, problematizou a posição dos mencheviques acerca da questão da jornada de oito horas, enfatizando que:

em 1905, os trabalhadores, ao tentarem impor o dia de oito horas, tinham sofrido uma derrota. “A luta nos dois *fronts* – contra a reação e contra os capitalistas – estava acima das forças do proletariado.” Tal era a ideia central dos mencheviques. Os mencheviques, de um modo geral, admitiam que a ruptura com a burguesia fosse, futuramente, inevitável. Mas esta confissão, puramente teórica, a nada os obrigava. Eles achavam que não deviam precipitar a ruptura. E como a burguesia foi repelida para o campo da reação não por meio das frases tonitruantes dos oradores e dos jornalistas, mas pelo movimento espontâneo das classes trabalhadoras, os mencheviques contrapunham-se, com todas as suas forças, à luta econômica dos operários e dos camponeses. “Para a classe operária”, pregavam eles, “as questões sociais, na atualidade, não se encontram em primeiro plano. No momento atual, ela conquista a liberdade política.” Mas os operários não podiam compreender em que consistia aquela liberdade conceitual. Queriam, antes de mais nada, um pouco de liberdade para os músculos e para os nervos (1978, pp. 211-2).

Pode-se notar a concepção dos mencheviques acerca da Revolução Russa de fevereiro de 1917 e as suas consequências para a luta dos trabalhadores. Na visão menchevique, aquele processo revolucionário haveria de cumprir as tarefas democráticas da Revolução sob a direção política da burguesia, daí o esforço daquele partido no sentido de apoiar o Governo Provisório e possibilitar a sustentação da institucionalidade com o intuito de sepultar o tsarismo e a reação. Em outras palavras, a linha política menchevique foi a de estabelecer a cooperação com as forças que emergiram no poder em final de fevereiro para frustrar a contrarrevolução da autocracia. A implicação prática seria aceitar a direção burguesa do processo político e social russo, o que significava conter as reivindicações operárias que afrontavam os donos do capital; nesse passo, esforçaram-se em articular o movimento dos trabalhadores de forma subordinada ao projeto ideopolítico da burguesia liberal representada no governo e na Duma. Entretanto, os protagonistas da II Revolução Russa, as operárias e os operários, não se deixariam submeter pelas antigas condições de vida e de despotismo fabril que os haviam colocado na miséria, que os lançava na opressão tirana na sociedade e em seu local de trabalho, em prol da consolidação da forma burguesa de poder. A principal reivindicação operária que emergiu em março de 1917 foi a jornada de trabalho de oito horas. Portanto, os operários buscavam a realização de suas próprias demandas práticas imediatas.

Percebe-se que os trabalhadores em movimento combinavam as questões políticas e as econômicas em suas intervenções, não fatorializando as instâncias do social na formulação de suas exigências. Pode-se dizer que os operários tomaram a conjuntura numa relação de totalidade em processo, visto que consideravam as reivindicações econômicas e sociais parte da completude da revolução democrática.

Acerca da defasagem da proposta menchevique em relação ao ritmo do movimento espontâneo dos operários russos de março de 1917 pela redução da jornada, Trotsky observou:

Que ironia: justamente a 10 de março, quando um jornal menchevique declarava que a jornada de oito horas não estava na ordem do dia, a associação dos usineiros e dos fabricantes – a qual, desde a véspera, havia sido obrigada a entrar em relações oficiais com o Soviete –, bem como a organização dos comitês de fábrica e de usinas declararam que aceitavam as oito horas. Os industriais mostraram maior perspicácia do que os estrategistas democratas do Soviete. Não é de espantar: nas usinas, os patrões achavam-se frente a frente com os operários que, pelo menos em aproximadamente a metade das empresas de Petrogrado e na maioria as mais importantes, abandonavam unanimemente as máquinas após oito horas de trabalho. Tomavam por si mesmos o que o governo e o Soviete lhes recusavam. (1978, p. 212)

Em tais condições surgiu o primeiro acordo entre o Soviete de Deputados Operários e Soldados e a sociedade de fabricantes industriais da capital russa, aprovado em 10 de março. Com esse acordo implantou-se nas empresas da região de Petrogrado a jornada de oito horas sem redução do salário, oficializou-se o reconhecimento dos comitês de fábrica por parte da patronal e instituíram-se as comissões conciliatórias no interior das empresas. Além disso, o acordo contemplava o consentimento dos comitês fabris para autorização de horas extras de trabalho.

A luta pela jornada de oito horas não se restringiu a Petrogrado, a principal cidade industrial do país. Na região de Moscou, trabalhadores em mobilizações espontâneas se recusaram a acatar a decisão dos sovietes de retorno ao trabalho antes do atendimento da reivindicação de redução do tempo de trabalho na fábrica. Nas províncias, a batalha prolongou-se até abril. Enquanto característica geral do combate pela redução da jornada de trabalho no momento de ascensão das lutas, Trotsky observou:

Quase por toda parte, os sovietes primeiro freavam ou contrabalançavam o movimento, para depois, sob a pressão dos operários, entrarem em confabulações com os chefes de empresas; nas fábricas em que esses últimos se recusassem a entrar em acordo, os operários viam-se forçados a decretar, por arbítrio próprio, o dia de oito horas. (1978, p. 213)

Os trabalhadores decretavam a jornada de oito horas unilateralmente, à revelia da direção dos sovietes, do estado e dos patrões. Por sua vez, os capitalistas atenderam aos reclamos dos trabalhadores, mas o fizeram por meio de concessões temporárias, na medida em que esperavam garantir em curto e médio prazos a restituição da jornada de antes das mobilizações. Por esse motivo, o Governo Provisório não dirigiu esforços no sentido de inscrever a jornada de trabalho de oito horas na legislação.

Devido à influência das forças do trabalho em movimento, a burguesia fazia concessões aos trabalhadores, contudo, tratava por todos os meios de evitar que se implantasse a jornada de oito horas. Nessa direção, verificavam-se duas táticas empregadas pela burguesia. A primeira foi a utilizada pela sociedade de fabricantes e industriais de Petrogrado, que se empenhava em apresentar as medidas como sendo o mais alto benefício para os operários, que deviam redobrar as suas forças para elevar a intensidade de seu trabalho durante as oito horas nas fábricas, além de atersse à necessidade de realizar horas extras de trabalho, no interesse da defesa do país na guerra, o que significava estender a jornada para cumprir os pedidos militares extraordinários.

Outra estratégia utilizada pelos patrões foi a tirada em reunião dos representantes das organizações comerciais e industriais da Rússia, em 17 de março de 1917, na qual os capitalistas reconheciam que aquele “não era o momento para se pôr em prática a jornada de trabalho de oito horas”, tese com a qual estava plenamente de acordo o ministro do Comércio e Indústria do Governo Provisório, que declarou: “o assunto da jornada de trabalho de oito horas... deve ser objeto de uma elaboração cuidadosa e atenta”⁶.

Sendo assim, nos locais de intensas mobilizações dos operários, os patrões concordavam em reduzir a jornada, mas exortavam à intensificação do processo de trabalho. Em lugares em que a mobilização não era ativa, os capitalistas atuavam para inviabilizar a matéria legislativa, em aliança com os agentes do poder estatal, evitando a repercussão da redução da jornada de trabalho como norma jurídica para toda a Rússia. Nas duas formas de ação burguesa para contornar a luta proletária pela redução da jornada, os detentores do capital frisavam a questão da guerra.

O ministro do Trabalho do Governo de Coalizão, que se formou após as Jornadas de Abril de 1917, o menchevique Skobelev, continuou os trabalhos do plano preparatório de lei sobre a jornada de oito horas. Entretanto, em uma reunião, o ministro “socialista” afirmou a necessidade de “renunciar aos estreitos interesses de classe”, assegurando que o Ministério do Trabalho “manterá o critério do estado, considerando os interesses da indústria em seu conjunto”. Tal proposta se alinhava aos interesses dos representantes do capital na Rússia.

Deve-se destacar que a burguesia, os latifundiários, os políticos cadetes, a direção menchevique, os socialistas-revolucionários e o alto oficialato militar veiculavam que a diminuição das horas de trabalho significaria o enfraquecimento da Rússia no *front*. A campanha contra a jornada de oito horas se intensificou entre o final do mês de março a maio de 1917. Segundo David Mandel (2016, p. 34), a imprensa burguesa propagava acusações de que os trabalhadores eram “preguiçosos e gananciosos, enquanto os valentes soldados definhavam sem equipamentos nas trincheiras”. Entretanto, os trabalhadores estavam atentos. Embora a demagogia das classes possuidoras tenha resultado em alguns tumultos, os operários passaram, conforme Trotsky, a “contar a verdade, mencionar os montantes dos lucros de guerra, mostrar aos soldados as usinas e as oficinas em que roncavam as máquinas, a chama infernal dos fornos – *front* permanente no qual os operários sofriam perdas incontáveis” (TROTSKY, 1978, p. 213). De acordo com Maurice Brinton,

⁶ Acerca das estratégias patronais sobre a jornada de trabalho, conferir Báeva (1980, pp. 22-4).

a imprensa operária explicava pacientemente as verdadeiras causas do estancamento industrial e as reais condições de vida da classe trabalhadora. Receberam delegados do exército, convidados por vários comitês de fábrica, para “verificar” a situação da “retaguarda”. Pode-se, então, testemunhar a veracidade das informações dos operários (2016, p. 17).

Vale destacar que a campanha de esclarecimento à sociedade, sobretudo aos soldados e camponeses, veio dos representantes das comissões de fábrica de Petrogrado e de Moscou. Deliberou-se por convocar reuniões para esclarecer as causas da desorganização industrial, divulgar a situação e denunciar os responsáveis. A forma como foi efetuada a luta pela redução da jornada aproximou o conjunto dos trabalhadores, ao passo que desgastou a burguesia, os seus apoletas e aliados, na medida em que se demonstraram a intensidade da exploração e os lucros dos capitalistas com a Guerra, evidenciando as possibilidades práticas de atendimento das reivindicações operárias. Portanto, as ações empreendidas pelo proletariado enfraqueceram o Governo Provisório e as posições do patronato.

Segundo a avaliação de Trotsky:

Os acontecimentos relacionados com a luta pelo dia de oito horas de trabalho tiveram grande importância para todo o desenvolvimento ulterior da Revolução. Os operários conseguiram algumas horas de liberdade por semana, para leitura, reuniões e inclusive para o exercício de tiro, que assumiu caráter regular com a criação da milícia operária. Depois de uma lição tão clara, os operários começaram a observar mais de perto os dirigentes do soviete. A autoridade dos mencheviques sofreu abalo sério. (1978, p. 214)

Evidencia-se a vitória moral a partir da conquista proletária, sobretudo no contexto de ascensão da participação social e engajamento dos trabalhadores na situação de duplo poder. O discurso contundente dos bolcheviques em defesa da jornada de oito horas favoreceu a sua posição, ampliando as suas bases políticas nas fábricas e na caserna. Entretanto, a despeito da contradição entre as aspirações dos operários e a política de conciliação da direção soviética verificada no encaminhamento das lutas pela redução da jornada de trabalho, os socialistas-revolucionários e os mencheviques, em meados de abril e maio, ainda possuíam a hegemonia nos sovietes e o controle político dos sindicatos.

Torna-se importante frisar que a jornada de trabalho de oito horas foi reconhecida juridicamente após a Revolução de Outubro, a partir de um decreto do governo soviético dirigido pelos bolcheviques, de 29 de outubro de 1917, um dos primeiros documentos do Comissariado do Povo para o

Trabalho. Tal lei se referia aos aspectos mais importantes da vida dos trabalhadores e se tornou um dos decretos que mais ganharam atenção pelo mundo.

O regime constitucional na fábrica

A ordem constitucional na fábrica foi uma reivindicação dos trabalhadores, a partir das comissões de fábrica, com vistas a enfrentar o despotismo no local de trabalho, o caráter arbitrário do regime interno nas fábricas e usinas na Rússia do período tsarista e, sobretudo, na época da Guerra. Os trabalhadores sofriam com a arbitrariedade de patrões, administração e chefes imediatos, eram submetidos a revistas vexatórias e multas com base em regulamentos internos das empresas.

Durante a I Guerra Mundial, a autocracia tsarista implementou a política estatal que, segundo a historiadora e militante bolchevique Ana Pankratova,

estrangejava a classe trabalhadora, privando-a do direito de organização, de greve, de liberdade de palavra e de imprensa, ligando os operários às fábricas como se estivessem no serviço militar, maltratando-os com todo o tipo de medidas “militares” e submetendo-os a “leis excepcionais” (1976, p. 15).

Nota-se a extensão de legislação marcial da frente de batalha ao espaço fabril: o esforço de guerra foi ancorado na mais férrea disciplina sobre os trabalhadores, no intuito de obrigá-los a suportar a intensificação do trabalho, a baixa remuneração e as condições precárias. Em concomitância ocorria a ampliação da autoridade do estado e a multiplicação dos lucros patronais.

No regime da “democracia revolucionária”, os operários compreendiam que as relações no interior das fábricas deveriam se alterar. De acordo com a declaração do soviete de um distrito industrial de Petrogrado, redigida em 6 de março de 1917, “As condições de exploração predatória que existiam no sistema feudal russo não poderão existir na nova Rússia” (*apud* MANDEL, 2016, p. 25).

A partir da Revolução de Fevereiro, os trabalhadores compreenderam que a ordem constitucional deveria ser implantada também na fábrica. O historiador Steve Smith entendeu que:

A democratização das relações de fábrica assumiu uma variedade de formas. Primeiro, os odiados capatazes e os administradores fugiram ou foram expulsos. Nas gigantescas fábricas de Putilov, por exemplo, onde trabalhavam cerca de 30.000 operários, os trabalhadores lançaram o chefe de fábrica, membro do grupo

Centúrias Negras, Puzanov, em um carrinho de mão, derramaram mercúrio sobre sua cabeça e o conduziram até um canal próximo, em que eles ameaçaram depositá-lo em punição por seus delitos anteriores. Em segundo lugar, os livros de regras de fábrica, com suas multas punitivas e buscas humilhantes, foram arrancados. Em terceiro lugar, e mais importante, os comitês de fábrica foram criados para representar os interesses dos trabalhadores em face da gerência. (2004, p. 18)

Torna-se possível perceber a existência da articulação das forças repressivas no interior das fábricas no período do tsarismo russo. O bando dos Centúrias Negras, tropa paramilitar de apoio aos Romanovs, também prestava os seus serviços para disciplinar trabalhadores no interior das fábricas, constatando que a moderna Fábrica de Putilov empregava um reacionário declarado como capataz. Os trabalhadores compreenderam que a superação da autocracia implicava a derrota dos responsáveis pela tirania interna das empresas. Relações respeitadas foram exigidas e impostas pelos operários à administração e à chefia imediata, abolindo a revista e as multas.

Os comitês de fábrica, sobretudo nas usinas de Petrogrado, foram criados a partir da continuidade dos comitês de greve que deflagraram o processo revolucionário de fevereiro, espaços construídos e alimentados por meio da luta autônoma dos trabalhadores em relação a partidos e a normas estatais ou patronais. Por meio dos comitês fabris se organizaram as milícias operárias, implantou-se unilateralmente a jornada de oito horas até o seu registro em acordo com os empresários e, doravante, exigiu-se o tratamento civilizado dos operários por parte das gerências e capitalistas.

Vale destacar que as cláusulas do acordo de 10 de maio entre patrões e operários, que normatizou a jornada de oito horas em Petrogrado, previam também a existência dos comitês de fábrica regidos pelos trabalhadores. Contudo, o Governo Provisório edificou a lei de 23 de abril de 1917, que dispõe sobre a não obrigatoriedade da implantação dos comitês de fábrica, “submetendo-os ao jugo da administração” (PANKRATOVA, 1976, p. 29) – começava, assim, declaradamente, a indisposição do governo oficial para com as instâncias autônomas operárias. Porém, os operários deram pouca atenção à lei escrita, visto que eles criaram os seus próprios estatutos de fábrica, “ampliando o seu marco e definindo os poderes de seus representantes a partir da correlação de forças” (PANKRATOVA, 1976, p. 29).

Deve-se avaliar que o regime político pós-fevereiro foi marcado pela formação do governo oficial e pela instância soviética, cabendo à representação dos operários e soldados fiscalizar os atos do comando do estado. De certo modo, os operários voltaram à fábrica imbuídos do mesmo propósito, isto é, que os seus órgãos, constituídos em independência dos patrões, acompanhassem ativamente a gestão da indústria. De acordo com

Ana Pankratova, a partir de março, “do comitê de fábrica procedem todas as ordenações referentes ao regulamento interno fixado pela lei (regulamentação de tempo de trabalho, salários, admissões, dispensas, permissões etc.) com notificação ao diretor da fábrica ou ao da seção”. Ademais, os comitês fabris têm “o direito de rechaçar o pessoal administrativo que não seja capaz de assegurar relações normais com os operários” (1976, p. 30).

Torna-se importante frisar que, naquele momento, os comitês de fábrica atuavam como vigilantes dos interesses dos operários na relação com os gestores capitalistas das empresas. Nesse sentido, a ação dos comitês fabris denotava muito mais a supervisão da administração do que o controle efetivo da produção fabril.

O levante dos trabalhadores contra o capataz arbitrário não se restringiu à grande fábrica de Putilov. O historiador David Mandel recuperou os documentos de uma reunião de trabalhadores, na qual denunciaram o despotismo a que foram submetidos numa outra indústria metalúrgica por um opressor cujo nome era Volkov. Um operário discursou:

[Volkov] É o principal culpado de opressão e humilhação que têm sofrido nos últimos anos... Desde o primeiro dia da sua dominação, quando ele vestiu as luvas de violência, ele mostrou sua alma vil. Em 1915, muitos dos nossos camaradas sofreram em suas mãos.. Por causa dele, foram demitidos da maneira mais descarada... Eles (Volkov e seu superior) tinham esquecido de 1905. Em 1909, ele começou seu programa de redução vergonhosa de salários ao nível insuportável de oito a nove copeques [fração de rublo, moeda russa], independentemente das condições de trabalho... Nós todos vivemos este inferno lá, todos os dias, até os últimos momentos de sua dominação arbitrária. (*Apud* MANDEL, 2016, p. 27)

Os trabalhadores tinham sentido o regime interno das fábricas não apenas como promotor da forma de exploração econômica, da remuneração dos trabalhadores restringida à fração da moeda local, o rublo, e de opressão política; mas também enquanto uma situação que afrontava a dignidade humana. Tais elementos afetavam os operários de forma particularmente dolorosa.

Além das companhias privadas, os comitês foram atuantes nas empresas estatais, de modo que aflorou nos trabalhadores o sentimento de que essas companhias, a partir da “revolução democrática”, tornavam-se propriedade do povo. Nessa direção, os trabalhadores exigiam participar da gestão, e atitudes similares também apareceram nas ferrovias, nos correios e nos telégrafos.

A função dos comitês apoiados nos trabalhadores foi colocar a ordem constitucional na fábrica. Portanto, os comitês fabris foram os galvanizadores dos anseios dos operários no enfrentamento cotidiano dos gerentes e inspetores das fábricas, a partir do local de trabalho, de cada repartição. Sendo assim, percebe-se a organicidade dos comitês de fábrica em relação aos operários, demonstrada na luta revolucionária de fevereiro, na conquista da redução da jornada de trabalho e no enfrentamento com os chefes, com o intuito de estabelecer relações civilizadas nas indústrias.

Para pôr fim aos poderes arbitrários dos gerentes, que beneficiavam a exploração e a opressão dos trabalhadores, os comitês fabris exigiram o acompanhamento ativo da gestão empresarial e, além disso, passaram a decretar o direito de elaborar as normas e as ordens internas das fábricas. Entre as cláusulas principais, estava a referente à demissão. Os diretores e capatazes recorriam às demissões arbitrárias como instrumento para intimidar e oprimir os operários. Os comitês retiraram o poder de demissão dos gestores das empresas, terminando, assim, as demissões arbitrárias e unilaterais.

As ações dos comitês de fábrica foram gradativamente se ampliando no decorrer do aprofundamento da crise social e política. Do combate à demissão arbitrária passaram a participar da formulação da política de contratação e demissão, supervisionar o cumprimento da jornada de trabalho, o pagamento do salário, a forma como se realizava o pagamento, além de exigirem a organização da medicina e a efetivação de padrões de segurança no local de trabalho, a criação de fundo de ajuda, alimentação na fábrica, a composição de juntas para resolução de conflitos, a elaboração das normas internas referentes a direitos, deveres, eleições e a existência permanente das comissões autônomas dos trabalhadores. Portanto, os comitês expressaram a situação de dualidade de poderes no interior da fábrica. De um lado, os mandatários oficiais vinculados ao capital, do outro, os operários, articulados por melhorias sociais e proteção do trabalho de fato.

O desenrolar das ações supervisoras dos comitês de fábrica levou os trabalhadores a questionamento acerca da competência técnica do pessoal da gestão, o que, em alguns casos, formou as razões que justificaram a demissão de administradores e chefes.

Torna-se pertinente, entretanto, destacar que a transformação das relações de propriedade não fazia parte do universo das reivindicações dos comitês de fábrica até o final de abril, quando os capitalistas passaram à ofensiva por meio dos locautes patronais, com o fechamento de empresas, para exercer pressão contra os trabalhadores.

Vale destacar que a afirmação dos comitês de fábrica se deu por meio das ações autônomas dos trabalhadores, espaços surgidos dos comitês de

greve nas mobilizações de final de fevereiro, mas que logo foram transformados em comitês permanentes dos operários. Eles foram determinantes na luta vitoriosa pela redução da jornada e na aglutinação das demandas pela mudança de relações de poder no cotidiano do chão de fábrica.

O regime constitucional na fábrica reivindicado pelos proletários unidos nos comitês representou a situação de dualidade de poderes desde o local de trabalho. Os operários tiveram como perspectiva defender a Revolução que tinham feito em fevereiro e que consideravam sua, bem como realizar a proteção do trabalho e a luta por melhorias sociais.

O desenvolvimento do controle operário da produção

Após as Jornadas de Abril, houve o aprofundamento das lutas de classes. No tocante às ações dos comitês de fábrica na elaboração das reivindicações, da organização e das lutas dos trabalhadores, o patronato respondeu com locautes, visto que os capitalistas fecharam 75 empresas em Petrogrado entre março e abril, o que representava mais de 10% do total das indústrias. A luta pela demissão de Miliukov logo foi combinada com a ação pelo controle das indústrias fechadas e a supervisão das empresas em funcionamento pelos trabalhadores. Os comitês passaram, então, a tomar as rédeas das empresas fechadas, em ações cujo objetivo era salvar os seus postos de trabalho, os salários e a dignidade dos operários.

Conforme constatou o estudioso do anarquismo russo Paul Avrich:

A consigna de “controle operário” não havia nascido nem dos anarcossindicalistas, nem dos bolcheviques, nem de nenhum outro grupo radical. Havia nascido (...) da tormenta revolucionária, de maneira tão espontânea como os comitês de fábrica. (1974, p. 146)

A proposição de controle operário na Revolução Russa não se baseou em formulações ideais ou em princípios inventados por alguma das organizações políticas. Não se tratou de se efetivar uma ideia na história. A consigna do controle operário da produção expressou as condições efetivas das lutas de classes em processo. Por um lado, emergiu do percurso de ascensão social das forças dos trabalhadores após a Revolução de Fevereiro, a formação e efetivação dos comitês de fábrica, a conquista das relações normais entre administração e trabalhador na empresa, a vitória da luta pela redução da jornada de trabalho; por outro lado, surgiu da necessidade de responder aos ataques patronais, visto que os capitalistas encerravam as fábricas para enfraquecer o movimento operário. Nesse passo, a reivindicação e a prática do controle operário foram um processo ativo de

construção por meio das experiências dos trabalhadores nas lutas de classes.

O processo de formação dos comitês fabris, de supervisão, de ocupação e o desenvolvimento do controle operário da produção foram primordiais para o aprendizado dos operários. O valor dessas grandes experiências sociais não pode ser subestimado. Pela ação, não somente em palavras, os trabalhadores aprendiam e demonstravam que a produção em larga escala e segundo os preceitos da ciência moderna pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utilizam o trabalho dos assalariados; os operários davam passos largos para a superação do trabalho assalariado em direção ao trabalho livre associado.

Deve-se ressaltar a importância da compreensão dos anseios dos trabalhadores no processo de sua mobilização, pois a constituição do controle operário da produção se fez por meio de acúmulo de experiências. Posições políticas que desconsideraram as vivências operárias – como a dos anarquistas, que questionavam o controle operário, exigindo a coletivização imediata das fábricas – não conquistaram adesão social. De acordo com o militante anarquista na época das revoluções russas, Vsievold E. Volin:

Os anarquistas objetivavam não deixar o controle cair em letra morta, se as organizações operárias fossem capazes de exercer o efetivo controle, então, seriam também capazes de assegurar toda a produção, visto que poderiam ir eliminando desde já, progressivamente, a indústria privada para torná-la coletiva. Rechaçavam, portanto, a consigna vaga, suspeitosa, de controle da produção. Propugnavam a imediata expropriação progressiva da indústria privada por organismos de produção coletiva. (1977, p. 124)

Vale destacar que os anarquistas, também partícipes de uma corrente revolucionária com base no movimento proletário, não conseguiram expressão política significativa no processo russo de 1917 em Petrogrado e nas áreas industriais, em especial, no período de fevereiro a outubro. Segundo o pesquisador George Woodcock (2006, p. 199), os anarquistas na Rússia em 1917 apresentavam dificuldades de organização enquanto grupo político, de modo que tiveram pouca força nos acontecimentos revolucionários. No tocante aos comitês de fábrica, pode-se afirmar que a irrelevância da influência anarquista adveio da postura incorreta dos membros daquela corrente política, de não considerar o grau de experiência e consciência dos trabalhadores, visto que propuseram a coletivização das fábricas, reivindicação não assimilada pelos combativos comitês fabris que, de início, objetivavam a supervisão ativa da gestão das empresas. Em vez de apoiar a proposta de controle operário da produção, os militantes anarquistas brandiam pela expropriação da indústria privada, mas

falharam ao desconsiderar a mediação entre a consigna de coletivização e o percurso das lutas e experiências geradas nas mobilizações.

Dos partidos que se propunham a organizar os trabalhadores urbanos, os mencheviques possuíam forte apoio, sendo hegemônicos nos sindicatos. Quanto aos socialistas-revolucionários, embora a sua principal base fossem os camponeses, também influenciavam o movimento urbano dos assalariados, sendo dirigentes na fábrica de Putilov até o mês de maio. Os bolcheviques, naquele momento, encontravam-se na situação de minoria, inclusive entre os ativistas dos comitês de fábrica.

Em discurso no início de maio, o ministro Skobelev declarou: “Encontramo-nos no estágio da revolução burguesa”, sendo assim, “não ajudaria em nada a Revolução, neste momento, o poder das empresas nas mãos do povo” (*apud* AVRICH, 1974, p. 148). Além disso, argumentava o ministro do Trabalho menchevique, a ordenação industrial era uma tarefa que correspondia especificamente ao governo, e não a uns comitês de fábrica autônomos. Os comitês, sustentava o ministro, seriam mais úteis à causa operária convertendo-se em unidades subordinadas da organização dos sindicatos; a classe operária russa faria muito melhor se se apoiasse nos sindicatos para melhorar a sua situação econômica no seio do sistema capitalista, não devendo seguir a via “de ocupação das fábricas”. Nota-se, então, que Skobelev desconsiderava as posições dos comitês fabris, pois essas comissões, por suas ações, recusavam na prática o estágio de “revolução burguesa” para o caso da Rússia no primeiro semestre de 1917 e, com isso, afrontavam o interesse da burguesia, à medida que passavam ao comando das empresas. Em seguida, o ministro social-democrata defendeu a subordinação dos comitês às direções dos sindicatos, visto que estas últimas estavam vinculadas à sua bandeira de seguro-saúde para os proletários. Torna-se importante lembrar que os mencheviques tinham a maioria das direções sindicais urbanas naquele momento.

O Governo de Coalizão dos socialistas-revolucionários e mencheviques com a burguesia e os proprietários de terras não emitiu nenhuma proposta com vistas ao enfrentamento do problema das fábricas fechadas. Sendo assim, os operários convocaram a I Conferência dos Comitês de Fábrica de Petrogrado para discutir a questão. O encontro, que se realizou entre 30 de maio e 3 de junho, pôde contar com a participação de “ministros socialistas”.

Devido aos locautes patronais contra a ampliação das forças dos trabalhadores na situação de dualidade de poderes, para Lênin era “absolutamente compreensível que os comitês de fábrica queiram um controle operário autêntico e não apenas no papel” (1976c, p. 46), mesmo com os bolcheviques estando em posição minoritária frente aos adversários no movimento operário.

Ao que se refere às ações dos indicados do Comitê Executivo dos Sovietes ao Governo Provisório, verificou-se que pouco tinha sido realizado. Victor Chernov, ministro da Agricultura, discursou aos camponeses sobre a reforma agrária, mas não demonstrou os elementos práticos para realizá-la. Mikhail Skobelev usou o Ministério do Trabalho para elaborar planos de seguro-saúde, de segurança do trabalho e juntas de resolução de conflitos, todos ainda em projeto, não implantados. Tseretelli discursou defendendo medidas de autonomia para as regiões não-russas, mas não apresentou resultados apreciáveis.

Ciente, entretanto, de que sua proposta de seguro-saúde seria insuficiente para convencer os comitês de fábrica à reconciliação com o Governo Provisório, o ministro Skobelev alterou o discurso, propondo aumentar a porcentagem de impostos até 100% dos rendimentos da classe capitalista, conservando aos proprietários as instalações das fábricas e as ações das empresas.

Pode-se perceber, contudo, que a política de apoderar 100% dos lucros capitalistas representava, na verdade, um esforço para desmobilizar o controle operário da produção realizado pelos comitês de fábrica nas indústrias em que os patrões haviam fechado as portas. Em suma, a proposta de Skobelev funcionava enquanto uma cortina de fumaça para encobrir o retorno dos capitalistas ao comando das fábricas que estavam sob o controle dos trabalhadores. Eis a “revolução burguesa” do ministro do Trabalho menchevique, pautada no encaminhamento de medidas contra os operários, não contra a nobreza.

Lênin denunciou duramente o artifício político de Skobelev:

Os operários devem varrer a verborragia, as promessas, as declarações e a projectomania das burocracias no poder, dispostas a inventar planos, regulamentos, estatutos e normas do melhor efeito. Abaixo toda essa mentira! Abaixo esse alvoroço da projectomania burocrática e burguesa, estrepitosamente fracassada em toda parte; abaixo esse modo de esconder as questões! Os operários devem exigir a realização imediata do controle efetivo e, ainda, obrigatoriamente por intermédio dos próprios operários. (1976a, p. 40)

Verifica-se que Lênin desmascarava as propalações do ministro do Trabalho do Governo de Coalizão, enfatizando a necessidade do avanço do controle operário da produção pela força autônoma dos trabalhadores, com base nas realizações já postas pelos operários, mas ampliando as medidas de comando proletário sobre a propriedade privada.

Em vez de teses abstratas e descontextualizadas sobre “revolução burguesa”, Lênin sinalizava os procedimentos para a efetivação de suas propostas refletidas a partir das lutas:

O único caminho para nos salvar da catástrofe consiste em implantar um verdadeiro controle operário da produção e da distribuição dos produtos. Para este controle é necessário: primeiro, que em todas as instituições decisivas se assegure aos operários uma maioria de pelo menos três quartos dos votos, incorporando sem falta no controle tanto os empresários que não tenham abandonado a atividade como o pessoal técnico e científico; segundo, que se conceda aos comitês fabris, aos sovietes centrais e locais de deputados operários, soldados e camponeses e aos sindicatos o direito de participar no controle, colocando à sua disposição todos os livros de contas e bancários e comunicando-lhes obrigatoriamente todos os dados; terceiro, que se conceda esse mesmo direito aos representantes de todos os grandes partidos democráticos e socialistas. (1976b, pp. 43-4)

Vale destacar que essas medidas frisadas por Lênin transpareciam evidentes aos olhos dos operários protagonistas em seus comitês de fábrica, haja vista a adesão da maioria dos trabalhadores presentes na Conferência à posição bolchevique. Articulavam-se aos anseios daqueles que estavam dispostos a defender o seu posto de trabalho e a enfrentar a catástrofe social e econômica sob a qual foi mergulhada a Rússia. Neste sentido, a proposta leniniana em 1917 foi muito mais do que um chamamento de fora do movimento, uma ordem que os proletários deveriam seguir. Distintamente, as considerações de Lênin dialogavam com as vivências das ocupações das fábricas pelos operários.

Uma vez frustrado o desígnio de Skobelev, os mencheviques cambiaram novamente a sua política frente aos comitês de fábrica. Presente na I Conferência de Petrogrado, o menchevique Avilov formulou a noção de controle da indústria “pelo poder do estado”, com a participação de vastos setores da “democracia revolucionária”, em vez do controle operário da produção.

A discussão de Avilov ganhou a observação sarcástica de Lênin, também presente na Conferência: “Já toda a gente fala muito do controle. Inclusive pessoas que dantes estavam dispostas a gritar: ‘Socorro!’ quando ouviam a palavra ‘controle’, e que reconhecem agora que o controle é imprescindível.” (1976c, p. 46)

Devem-se observar as variantes das propostas do menchevismo. Skobelev indicava aos operários trocar o controle operário da produção pela taxa de 100% do lucro da burguesia, mas com os capitalistas mantidos no comando das empresas, excluindo o controle operário da produção. Avilov, ao constatar a falta de adesão à proposta de seu colega de partido, propôs a estatização das empresas que estavam sob o controle dos trabalhadores, o que eliminaria a possibilidade do controle operário, pois instituiria o controle da burocracia do estado sobre a produção de riqueza.

Em resposta, Lênin frisou: “Ao tratar de esclarecer o conceito de ‘controle’ e o problema de quando e quem deverá exercer este controle, é necessário não perder de vista, nem por um só instante que seja, o caráter classista do estado atual, que é apenas uma organização de dominação de classe.” (1976c, p. 46)

Desse modo, Lênin problematizou o estado enquanto órgão da dominação de classe. A transferência do comando das fábricas à burocracia estatal representaria submeter os operários aos instrumentos de dominação da burguesia e dos latifundiários russos. Neste sentido, o dirigente bolchevique desconstruiu a ponderação de que seria viável a conciliação de classes por meio do aparato estatal. Em resposta à visão conciliadora do Governo de Coalizão, Lênin identificou que o estado é produto e, ao mesmo tempo, a manifestação do antagonismo inconciliável das classes sociais. O estado aparece na medida em que os antagonismos de classe não podem objetivamente ser conciliados. Nesta perspectiva, a existência da máquina estatal provaria que as contradições de classes são inconciliáveis.

Na I Conferência dos Comitês de Fábrica de Petrogrado estiveram presentes, segundo Pankratova (1976, p. 45), 421 delegados, sendo que 335 votaram com a resolução dos bolcheviques. As medidas aprovadas, segundo Franco Ferri (1972, p. 78), sinalizavam: o efetivo controle operário da produção e a repartição dos produtos, com a maioria dos trabalhadores no comando dos conselhos das fábricas; controle sobre as operações bancárias e financeiras, outorga de parte do patrimônio de banqueiros, comerciantes, financistas e industriais ao povo; organização da produção para atender às necessidades de ferramentas agrícolas, roupas e alimentos; obrigatoriedade de trabalho a todos os cidadãos e fortalecimento das milícias operárias; organização dos transportes; transmissão do poder do estado ao sovietes, como condição para realizar as medidas propostas.

Como se percebe, a partir de final de maio e início de junho, os comitês de fábrica passaram a se alinhar às posições dos bolcheviques e a se destacar enquanto o segmento mais radical na crise russa. É lícito afirmar que desde as Jornadas de Abril o processo de recomposição das forças dos operários, soldados e camponeses caminhava em direção ao posicionamento mais contundente dos trabalhadores na luta de classes, o que desfavorecia os socialistas moderados.

O contra-ataque dos socialistas-revolucionários, mencheviques e apoiadores do Governo Provisório se fez sentir logo em seguida, no dia 4 de junho, no I Congresso dos Sovietes de toda a Rússia, no qual os socialistas conciliadores tinham a maioria folgada. Dos 822 delegados com direito a voto, 285 eram socialistas-revolucionários; 245, mencheviques; e 105, bolcheviques. Cerca de 150 delegados pertenciam a grupos menores, e 45 disseram não pertencer a nenhum partido. Conforme descreveu Ferri (1972,

p. 79), as resoluções do I Congresso rechaçaram as teses bolcheviques e aprovaram uma série de medidas relativas à legislação do trabalho na linha que sinalizava Skobelev: recomendaram uma reforma social, jornada de oito horas, medidas contra o desemprego e se puseram em guarda contra toda tentativa de resolver as grandes questões sociais com medidas locais, numa alusão evidente aos comitês de fábrica e a suas propostas/práticas de controle operário da produção.

A consigna bolchevique “Todo o poder aos sovietes!” foi ridicularizada no encontro, tida como irreal, inoportuna e imprópria para o momento do país e da correlação de forças sociais. Foram também aprovadas moções de apoio aos ministros socialistas do Governo de Coalizão. Além disso, reiterou-se a situação de “democracia revolucionária” para identificar o caso russo, bem como a situação de “defensismo revolucionário na Guerra”.

Os comitês de fábrica, inspirados pelas políticas dos bolcheviques, batiam-se pela demissão dos “dez ministros burgueses” do governo. Tornase importante observar o esforço, contido nessa linha política, de evidenciar os limites da coalizão governamental, exigir medidas progressivas e denunciar a sua não efetivação demonstrando as razões: os compromissos dos moderados são muito mais com o capital do que com o trabalho.

O historiador Richard Pipes defendeu a ideia de que os bolcheviques

foram beneficiados pela rápida desintegração dos transportes e das comunicações, que enfraqueceu a rede de sindicatos nacionais – amplamente dominada pelos mencheviques. Em todas as regiões, sendo impossível fiar-se no governo central, os trabalhadores transferiram sua lealdade para os comitês de fábrica – *fabzavkomy* –, cuja postura moderada inicial contribuiu até para incrementar a produção. Todavia, essa forma de organização anarquista tendeu rapidamente para a radicalização, expulsando os proprietários e seus administradores, e assumindo o controle das fábricas (1997, p. 124).

Como se percebe, o intelectual *cold warrior*, em suas análises, descartou o processo ativo de aprendizagem dos trabalhadores, ao atribuir a algum acidente, fora do curso normal das coisas, o alinhamento das posições dos comitês fabris às dos bolcheviques.

Vale ressaltar o sentido da liderança bolchevique junto aos comitês de fábrica. Os partidários de Lênin elaboraram as suas consignas avaliando o contexto, as experiências dos trabalhadores em movimento e os caminhos da edificação dos combates sociais. Não foi a instauração de proposta de fora do mundo operário para dentro do movimento. A ação dos bolcheviques foi no sentido de acelerar o processo de aprendizagem dos trabalhadores no percurso das lutas.

Em meados de junho, o socialista-revolucionário Kerensky, ministro da Guerra, instigou o exército russo a lançar-se numa importante ofensiva de guerra na frente de batalha da região da Galícia (sul da Polônia). Era a primeira iniciativa contundente de guerra desde a Revolução de Fevereiro. A ofensiva russa fracassou e estima-se que sofreu cerca de 200.000 baixas, de modo que foi um desastre em todos os sentidos. Soldados camponeses desertavam das forças armadas e passavam a ocupar terras da aristocracia agrária. A credibilidade do governo saiu gravemente afetada. Em meio à crise, marinheiros da base naval de Kronstadt promoveram uma manifestação armada contra o Governo Provisório. Bolcheviques acudiram o ministro Chernov em uma tentativa de linchamento pela massa enfurecida em frente ao Palácio. O agravamento da crise política foi evidenciado quando os ministros do partido cadete entregaram os seus cargos. O príncipe Lvov renunciou ao posto de primeiro-ministro e, em 7 de julho, o seu lugar foi ocupado por A. Kerensky.

Mesmo tendo se posicionado contrariamente à tentativa de tomada do poder pelos marinheiros de Kronstadt, os bolcheviques foram acusados de pretenderem um golpe sobre a democracia, colaborarem para a derrota da Rússia na frente de batalha, realizarem atividades de espionagem em favor da Alemanha e de promoverem a contrarrevolução. Mandados de prisão foram emitidos contra os socialistas radicais. Leon Trotsky, Lev Kamenev e Alexandra Kollontai foram acusados de crimes e presos pela “democracia revolucionária”. As milícias operárias foram proibidas. Os comitês de fábrica tiveram as suas ações cerceadas, suspendendo-se o direito de reunião durante o expediente de trabalho e a remuneração dos ativistas liberados para a participação na gestão.

Os empresários notificavam ao Governo Provisório que a extensão do controle operário havia colocado a economia nacional em bancarrota. Eles afirmavam que o caos econômico crescente se devia à ingenuidade dos trabalhadores, que acreditavam estar entrando numa era de esplendor. Segundo declarava uma conferência industrial no Sul da Rússia: “A classe operária, persuadida pelos discursos de seus líderes, crê estar às vésperas de uma Era do Ouro, mas nem sequer podemos imaginar quão terrível será a sua desilusão.” (*Apud* PANKRATOVA, 1976, p. 96)

Assim, as medidas do Governo de Coalizão estavam articuladas muito mais com os anseios das classes proprietárias do que com os das classes trabalhadoras, embora se contassem cinco ministros socialistas na administração.

Ao tecer comentários acerca dos encaminhamentos do governo na fase de Kerensky, o jornalista John Reed afirmou:

A política do Governo Provisório oscilava entre reformas sem o menor sentido prático e a repressão sanguinária contra as massas

revolucionárias. Uma lei emanada do ministro socialista do Trabalho decretava que os comitês de fábrica deveriam reunir-se somente à tarde, depois das horas de trabalho. Nas trincheiras eram presos os agitadores dos partidos da oposição. Nenhum jornal radical podia circular livremente e os propagandistas da Revolução eram punidos com a pena capital. (s/d, pp. 36-7)

Aos olhos dos populares ficava evidente que no Governo Provisório não se desenvolviam esforços para realizar a reforma agrária, viabilizar o controle operário contra o fechamento das fábricas e, tampouco, encaminhar a retirada da Rússia da Guerra. Assim, a gestão de Kerensky, por suas medidas, caminhava no sentido de se desgastar politicamente perante o campesinato russo, que ampliava a onda de ocupações de terras.

Torna-se importante destacar que o Comitê Executivo dos Sovietes respaldou as ações de Kerensky na perseguição aos bolcheviques após as jornadas de julho. Sendo assim, o partido abandonou a consigna “Todo o poder aos soviets!”, que foi substituída por “Todo poder ao proletariado apoiado pelos camponeses pobres e pela democracia revolucionária organizada em soviets de operários, soldados e camponeses!”. Isto porque os soviets, sob a direção dos conciliadores, transformavam-se em instrumento político da burguesia. Torna-se possível inferir que a linha dos socialistas radicais objetivava a organização de um levante armado e a formação de um governo revolucionário, considerando instrumento de poder não os soviets, mas os comitês de fábrica. Leon Trotsky comentou sobre essa fase:

Uma vez que os soviets, socialistas-revolucionários e mencheviques se tinham tornado em julho organizações que incitavam abertamente os soldados à ofensiva e perseguição aos bolcheviques, o movimento revolucionário das massas operárias podia e devia procurar outras vias. Lênin indicou os comitês de fábrica como organização da luta pelo poder. O movimento teria muito provavelmente tomado essa direção se não fosse a insurreição de outubro. (1979, p. 73)

Sendo assim, pode-se ponderar que, mesmo com a perseguição aos bolcheviques, a situação de duplo poder ainda não havia sido encerrada, uma vez que os comitês de fábrica poderiam ocupar as funções sociais de expressão política dos trabalhadores na situação revolucionária. Entretanto, as forças radicais se encontravam em circunstância difícil, devido à repressão do estado oficial e à perseguição por parte das direções dos soviets e sindicatos.

Nota-se a configuração da dualidade de poderes: embora a direção dos soviets passasse à subordinação política ao governo oficial, as bases das

instâncias soviéticas e os comitês de fábrica manifestavam descontentamento em relação às medidas da coalizão.

Ao perceber certa fragilidade do governo civil que, por um lado, perdia a capacidade de influenciar o movimento dos trabalhadores e camponeses devido às medidas cerceadoras, e por outro sofria com o descontentamento por parte dos capitalistas e latifundiários, no mês de agosto, o general Lavr Kornilov – a quem Kerensky havia designado comandante-em-chefe da missão de restaurar a ordem e a disciplina no exército russo, inclusive por meio da pena de morte – passou a construir um golpe de direita. Percebendo a manobra, Kerensky mobilizou a participação social contra Kornilov e solicitou a ajuda dos soviets e sindicatos para salvar o regime de fevereiro. Os bolcheviques foram libertados das prisões para o combate ao general direitista e os comitês de fábrica passaram a ser tolerados. Lênin concordou em mobilizar contra o golpe kornilovista, ao mesmo tempo em que se negou a apoiar o governo Kerensky. O líder bolchevique defendeu o reforço da agitação contra Kornilov por meio das reivindicações parciais a Kerensky, das quais, entre outros pontos, constavam a entrega das terras dos latifundiários aos camponeses e a introdução do controle operário da produção nas fábricas.

A tentativa de golpe impetrada por Kornilov falhou devido à capacidade dos trabalhadores de Petrogrado de responder aos acontecimentos. Os ferroviários desviaram e obstruíram os trens usados por militares golpistas. Os gráficos se negaram a imprimir os jornais favoráveis a Kornilov. Os metalúrgicos foram ao encontro das tropas e explicaram a situação de Petrogrado, de calma, e que os oficiais enganavam os soldados. O resultado das ações operárias foi a desintegração dos destacamentos golpistas, e Kornilov se rendeu ao Governo Provisório.

A vitória das massas sobre a tentativa de golpe de agosto deu um novo impulso às lutas sociais e à dualidade de poderes, o que favoreceu tremendamente os bolcheviques. De acordo com Oskar Anweiler (1975, p. 189), em junho de 1917, no Congresso Sindical de toda a Rússia, os bolcheviques representavam apenas 36,4% dos delegados. Entretanto, às vésperas de outubro, quase todos os sindicatos das grandes cidades industriais estavam a favor do partido de Lênin, à exceção da importante associação dos ferroviários, dos sindicatos dos correios e telégrafos e dos tipógrafos.

Após a derrota do intento golpista de Kornilov, aceleraram-se as iniciativas dos comitês de fábrica para retomar o controle operário da produção no conjunto das empresas; além disso, os comitês fabris instigaram a retomada das milícias operárias, que passaram a ser nomeadas de guardas vermelhas. De acordo com Victor Serge:

Em setembro, o manejo de armas era ensinado em 79 fábricas de Petrogrado. Em inúmeras usinas todos os operários portavam armas. A organização militar do Partido Bolchevique não conseguia fornecer a essa massa um número suficiente de instrutores. (1993, p. 66)

Ademais, às vésperas da Revolução de Outubro, os efetivos das guardas vermelhas somavam 20.000 homens agrupados em batalhões de 400 a 600 pessoas.

Os camponeses ampliaram as ocupações de terras e fortaleceram os sovietes rurais, independentemente das lideranças dos socialistas-revolucionários. Os sovietes passaram a funcionar questionando as políticas de conciliação de classes. Assim sendo, os bolcheviques entenderam que os sovietes voltaram a ser um instrumento de luta dos trabalhadores, um órgão do poder popular na situação revolucionária.

Em 23 de setembro, Trotsky, que ingressara em julho no Partido Bolchevique, juntamente com o seu grupo político, foi eleito presidente do Soviete de Petrogrado, cargo que havia ocupado na Revolução de 1905. A eleição do revolucionário consolidava o deslocamento político em direção ao enfrentamento social. Mencheviques e socialistas-revolucionários perdiam posições nas instituições soviéticas por toda a Rússia, o que esvaziava a sustentação política do governo Kerensky.

A Revolução de Outubro

Em outubro, com a decaída da hegemonia dos socialistas-revolucionários e mencheviques, os bolcheviques conquistaram a maioria dos sovietes; além disso, as lutas sociais se intensificaram ainda mais. Os trabalhadores nas fábricas avivaram as medidas de controle operário da produção, as milícias operárias foram retomadas nos bairros e fábricas, camponeses ampliaram as ocupações de terra no meio rural, em ações que respondiam aos locautes dos latifundiários que se recusavam a semear devido à situação de insegurança da propriedade privada. Nos meios militares, 300.000 soldados e marinheiros das guarnições de Petrogrado só aceitavam ordens dos sovietes dirigidos pelos bolcheviques, enquanto o governo oficial contava com 30.000 soldados a seu favor. Tal situação evidenciava o ápice do processo de dualidade de poderes, ao passo que a conjuntura não permaneceria sem que um dos lados, o governo estatal ou os organismos de poder popular, tentassem se assenhorar da circunstância.

Os capitalistas e proprietários rurais estavam insatisfeitos com a situação, sendo assim, bramiam por respostas com vistas a recompor o estado. O jornalista John Reed entrevistou uma liderança dos capitalistas:

O banqueiro Lianosov estava plenamente convencido de que os fabricantes e comerciantes não poderiam, em hipótese alguma, permitir a existência dos comitês de fábrica ou tolerar o menor controle operário na indústria.

– Em relação aos bolcheviques – continuou Lianosov –, penso o seguinte: ou o governo evacua Petrogrado, declara o estado de sítio e autoriza o chefe militar do distrito a tratar esses senhores sem as formalidades legais... ou, se a Assembleia Constituinte se deixar dominar por tendências utópicas, o governo deverá contar com a força das armas para dissolvê-la... (s/d, p. 40)

Nota-se que o representante da sociedade de posses colocava abertamente a necessidade de um golpe para “normalizar” a situação, isto é, uma ruptura da “democracia revolucionária” para impor, definitivamente, a ordem do capital sobre o trabalho, sob a forma de poder ditatorial.

Em 6 de outubro, o governo anunciou que metade da guarnição deveria se retirar da cidade para defendê-la do avanço alemão. A manobra do governo era uma evidente tentativa de livrar a capital de seus elementos mais revolucionários. Em uma reunião do Comitê Central do Partido Bolchevique, no mesmo dia, foi deliberada, por maioria dos votos, a preparação da insurreição com vistas à tomada do poder. O encontro decidiu também a formação do Comitê Militar Revolucionário, tendo Leon Trotsky como o seu presidente.

O II Congresso dos Sovietes de toda e Rússia começaria no dia 20 de outubro, mas, por uma intervenção dos mencheviques e socialistas-revolucionários, a data foi transferida para 25 de outubro, sendo possível constatar que os socialistas moderados se mantinham articulados ao Governo de Coalizão, pois o adiamento proporcionava ao Governo Provisório tempo para uma intervenção preventiva contra os bolcheviques.

Em 16 de outubro, Kerensky transmitiu a ordem para o deslocamento da tropa para a frente de batalha. Os soldados, dirigidos por Trotsky, desobedeceram o comando do Governo Provisório, sob o argumento de que precisariam defender a capital de prováveis ataques dos alemães. Agiram reivindicando o *Prikaz* n. 1 da Revolução de Fevereiro. A situação evidenciou o esvaziamento do governo oficial do ponto de vista político e militar. No dia 22, Kerensky ordenou o fechamento da imprensa bolchevique, o que demonstrava a preparação, por parte do governo, do ataque ao Comitê Militar Revolucionário e a repressão ao soviete da capital russa. No dia seguinte, unidades militares, sob as ordenanças do Soviete de Petrogrado, reforçadas por grupos de trabalhadores armados, tomaram o controle das estações ferroviárias e de pontos estratégicos.

No dia 25 de outubro, antes do início do II Congresso dos Sovietes, Lênin declarou a queda do Governo Provisório. O II Congresso soviético ocorreu com 672 delegados, 390 dos quais eram bolcheviques, 160,

socialistas-revolucionários e 90 mencheviques. O encontro foi chamado a respaldar a realidade. Os apoiadores do Governo de Coalizão saíram do recinto acusando golpe. Os bolcheviques apelaram ao Congresso para ratificar a insurreição, o que foi aprovado por unanimidade.

O decreto sobre a paz foi aprovado na sessão do dia seguinte, propondo a todos os povos beligerantes e a seus governos iniciarem conferências visando a uma paz justa e democrática. O decreto da terra abolia imediatamente as grandes propriedades, sem indenização, e as entregava aos comitês agrários. No mesmo dia foi redigido o decreto sobre o controle operário da produção, aprovado em 14 de novembro:

Fica estabelecido o controle operário sobre a produção, conservação e compra-venda de todos os produtos e matérias-primas, em todas as empresas industriais, comerciais, bancárias, agrícolas etc., que contem com cinco operários e empregados (em conjunto), pelo menos, ou cujo movimento anual não seja inferior a 10.000 rublos. (LÊNIN, 1976d, pp. 99-100)

A ação dos bolcheviques, respaldada nos soviets, foi um ato preventivo com vistas à defesa da participação social do trabalho e de sua proteção em relação ao golpe que viria do governo Kerensky, que contava com o apoio dos capitalistas e dos proprietários de terras dispostos a acabar com a “democracia revolucionária” iniciada em fevereiro.

O processo revolucionário russo foi resultado de um movimento amplo das massas, com o protagonismo da classe operária fabril, com forte adesão dos soldados e de camponeses em ocupações de terras. Significou um amplo movimento popular, talvez sem precedentes na história, que agiu seguindo as suas experiências, que se processavam nos acontecimentos e mobilizações.

A Revolução de Outubro de 1917 não pode ser considerada um golpe de estado. Em primeiro lugar, porque a conquista do poder se fez por meio de um caminho com amplas liberdades democráticas e de organização, de radicalização da situação de dualidade de poderes. A insurreição foi uma antecipação da ruptura que estava sendo processada e impetrada pelos dirigentes do Governo Provisório, que contaria com o apoio da burguesia e dos latifundiários. Em segundo lugar, um golpe implica a tomada da máquina estatal operante, elemento que inexistia na Rússia em outubro de 1917, haja vista o esvaziamento do estado oficial decorrente da dualidade de poderes, ao passo que se fortaleceram os soviets, os comitês de fábrica e os instrumentos da revolução agrária. Em outras palavras, os casos de golpes militares e os eventos de golpe jurídico-parlamentar representam a ruptura por dentro da máquina estatal, uma forma de ação política de se apoderar do comando do estado; os militares compõem a esfera estatal, assim como

o judiciário, e em situação de golpes militares, ou jurídico-parlamentares, a ação política se processa no interior do aparato estatal, quebrando a moldura institucional, à medida que impõe à sociedade um poder de estado com a preponderância do agente golpista. Tal intervenção é realizada com vistas à conservação da ordem social contra as forças sociais que objetivam transformações. Portanto, golpe de estado implica a mobilização dos mecanismos estatais para a conservação da ordem. A Revolução de Outubro na Rússia não teve esse componente, o estado havia colapsado. Os organismos de poder desenvolvidos na “democracia revolucionária”, que expressavam os anseios dos trabalhadores ativos (como os soviets, os comitês de fábrica e os comitês da revolução agrária no campo), arrebentaram a máquina estatal oficial. Sendo assim, em outubro de 1917 a ruptura veio de fora da instituição do estado. O terceiro ponto relaciona-se à questão de seu conteúdo social, visto que a Revolução de Outubro apresentou distintas bases em relação às da propriedade privada; nesse sentido, representou os elementos de transição para uma nova sociedade, um novo processo histórico-mundial a partir de um elo débil do sistema capitalista, que foi a Rússia no contexto da guerra, que deveria ser o início de uma cadeia de transformações mundiais no sentido do socialismo. O seu conteúdo histórico-social se direcionava à superação da propriedade privada, do estado e do trabalho assalariado, instaurando um processo de transformação que só seria efetivado a partir da completude da revolução mundial.

O controle operário e as nacionalizações

O revolucionário Victor Serge apontou o sentido do controle operário para os bolcheviques:

O programa econômico dos bolcheviques incluía o controle operário da produção e a nacionalização dos bancos. (...) Mediante o exercício do controle, a classe operária aprenderia a dirigir a indústria; por meio da nacionalização dos estabelecimentos financeiros e do controle do crédito, recuperaria, em benefício do estado, parte dos lucros extraídos do trabalho pelo capital, diminuindo com isso a exploração. Desse modo, ela se encaminharia rumo à expropriação completa dos exploradores. (1993, p. 146)

Percebe-se a finalidade da proposta de controle operário bolchevista, de que os trabalhadores, por suas próprias experiências, passassem a gerir a fábrica e a promover a expropriação de forma apaziguada, sem grandes traumas. Neste sentido, seguiria o processo iniciado desde as Jornadas de Abril e os locautes patronais desde o mês de maio – considerando,

evidentemente, o acúmulo de experiências dos trabalhadores da fase da supervisão ao controle da produção industrial. Vale destacar que o processo ativo dessa construção contou com a organização dos trabalhadores, as linhas políticas tiradas em suas conferências e as vivências práticas e trocas de conhecimento. O processo revolucionário russo foi realizado por meio da ampla organização dos proletários. Nesse passo, o controle operário da produção não significava a gestão produtiva numa relação atomizada em cada indústria, uma vez que foram criados órgãos que unificavam o processo de condução do planejamento sob o controle dos trabalhadores, como os Conselhos Regionais de Controle Operário.

A prática de controle operário serviu politicamente também para enfrentar o corporativismo sindical. Em 23 de janeiro de 1918 foi aprovado o controle operário das ferrovias, que resultou na formação do Conselho dos Ferroviários de toda a Rússia. Para O. Anweiler (1975, pp. 235-6), esta medida foi estabelecida pelos bolcheviques com o intuito de fazer frente ao *Vikzel* (Comitê Executivo do Sindicato Ferroviário), dominado pelos socialistas-revolucionários, organização sindical que foi neutra na Revolução de Outubro e se posicionou pela Assembleia Constituinte. Assim, efetuou-se o controle operário da produção por meio das comissões, visto que elas estavam mais articuladas ao Conselho da Economia Nacional, instância deliberativa e representativa do conjunto dos trabalhadores para o planejamento das ações econômicas e sociais.

Torna-se importante ressaltar, entretanto, o contexto do primeiro semestre de 1918, com a contrarrevolução. Como ponderou Victor Serge:

A sabotagem da produção, levada a efeito pelos patrões, acarretava a expropriação por via de represália. Quando o patrão suspendia o trabalho, os operários mesmos, por conta própria, repunham em atividade o estabelecimento. Mais tarde, adveio a necessidade de subtrair da contrarrevolução sua base econômica, sua riqueza. O Conselho de Comissários do Povo teve que decretar a nacionalização das sociedades metalúrgicas russo-belgas, das fábricas de Putilov, da fiação Smirnov, da Usina Elétrica, da Sociedade de 1886. (1993, p. 147)

Deve-se destacar também que o tratado de paz de Brest-Litovsk, imposto à Rússia dos soviets pela Alemanha, também foi um dos elementos que forçaram as nacionalizações, visto que o estado soviético precisava de recursos para saldar as pesadas indenizações do famigerado acordo infligido pela potência imperialista.

As tentativas de contrarrevolução e a imposição imperialista levaram, portanto, à prática de nacionalização das indústrias, que também se deu na forma abrupta e/ou via represália, o que afetou os meios materiais de

efetivação do controle operário da produção, de construção e consolidação de experiência ativa. Segundo Serge:

As nacionalizações serão bem caracterizadas pelos seguintes exemplos: em Ivanovo-Voznessenk, os operários, em consequência da sabotagem patronal, nacionalizam duas manufaturas têxteis. Na província de Nijni-Novgorod, como os patrões não queriam a produção, diversas empresas são nacionalizadas. Na província de Kursk, por motivo análogo, as refinarias de açúcar, os bondes, uma fábrica de couro e diversas oficinas mecânicas passam para as mãos dos operários. Na bacia do Donietz, os diretores das minas aderem aos brancos. Os operários de 72 minas constituem um Conselho da Economia que assume a gestão das empresas. Em Romanovo-Borissoglebski, as olarias e os lagares de azeite são nacionalizados como resultado de um locaute. (1993, p. 148)

Vale destacar que, durante o primeiro ano da Revolução Russa, o processo de controle operário da produção e a nacionalização das empresas estavam interligados, porque a gestão da indústria contava com a participação dos trabalhadores organizados nas comissões. Contudo, o agravamento da situação de guerra civil colocado pelo exército branco (as tropas contrarrevolucionárias) e a invasão da Rússia soviética pelas potências estrangeiras levaram à situação do esgotamento industrial do país, com impactos significativos até mesmo na composição da classe operária, que foi reduzida drasticamente, uma vez que, em 1917, a Rússia contava com 3.000.000 de operários e em 1922 o número caiu a 1.240.000, com diversas unidades produtivas sendo fechadas devido à falta de matérias-primas e combustíveis.

Em 1920 a produção reduzia-se a 20% daquela de antes da Guerra. Os retrocessos maiores foram sentidos pela produção de ferro e do aço, que chegou a 2,4% da produção de 1913. Quanto ao cultivo agrícola, avalia-se que a produção de cereais era 42% da de antes da guerra.

A guerra civil impôs uma situação de penúria na cidade. Como narrou Victor Serge em suas *Memórias*: “Os operários passavam o seu tempo nas fábricas mortas a transformar peças de máquinas em canivete e as correias de transmissão em solas de sapato para trocar esses objetos no mercado clandestino.” (1987, p. 140)

Nota-se que a penúria provocada pela contrarrevolução, a não efetivação da onda revolucionária no Ocidente e as ações das potências imperialistas sobre o país dos soviets fizeram que ocorressem a desestruturação da classe operária e, por conseguinte, dos seus mecanismos de poder com base nos conselhos. Portanto, o combate reacionário contra a Revolução de Outubro e a ausência da revolução mundial foram os

responsáveis pelo esvaziamento do controle operário da produção, dos comitês de fábrica e da própria classe operária na Rússia após o ano de 1917.

O sentido da hegemonia bolchevique na Revolução

Cabe agora discutir a questão da hegemonia bolchevique no processo revolucionário. Para Ulam, desde o início da fração bolchevique, “Lênin já estava então convencido de que era o revolucionário profissional, e não as ‘massas’, que tinha a chave para a vitória do socialismo” (1976, p. 194).

Essa visão muito difundida tem sido, entretanto, questionada por estudiosos embasados em documentação. Segundo Diana Koenker e William Rosenberg, estudiosos das greves de Moscou de 1917:

Para compreender plenamente o processo revolucionário da Rússia, não se pode simplesmente reconhecer a importância das qualidades de liderança de Lênin, o fracasso de Kerensky em fortalecer o exército, o poder da ideologia socialista ou as pressões sociais muito reais no campo que impulsionaram os camponeses a apropriar a propriedade privada para eles mesmos. É preciso também reconhecer as forças poderosas que emanam da base da força de trabalho russa, a profundidade de suas queixas e a lógica de sua participação na luta revolucionária. (KOENKER; ROSENBERG, 2004, pp. 43-4)

O processo de aprendizagem dos trabalhadores na crise social possibilitou o movimento que levou à Revolução, não o personalismo misterioso. Os bolcheviques sondaram os desejos do povo. Compreenderam as aspirações elementares dos trabalhadores, dos soldados e dos camponeses. Levando em conta a vontade popular, elaboraram o seu programa, que encampou os anseios dos trabalhadores em luta nos grandes centros urbanos e nas regiões rurais da Rússia.

Acerca da composição do governo apenas com bolcheviques, a população aceitou porque estava cansada dos anos de guerra, das reformas prometidas mas não realizadas e da incapacidade dos socialistas moderados de responder ao agravamento da crise social. Para o historiador A. Rabinowitch, os populares compreenderam que:

Só a criação de um governo amplamente representativo, exclusivamente socialista, pelo Congresso dos Sovietes, que é o que eles acreditavam que os bolcheviques representavam, parecia oferecer a esperança de assegurar que não haveria um retorno às formas odiadas do antigo regime, de evitar a morte na frente de batalha e alcançar uma vida melhor, tratando por efetivar a saída imediata da Rússia da guerra. (1976, p. 314)

Desse modo, pode-se afirmar que a hegemonia bolchevique no processo revolucionário de fevereiro a outubro de 1917 foi constituída tendo por base os acontecimentos, que promoveram o aprendizado do povo por meio de sua experiência, da verificação na realidade de que a análise e a política bolcheviques estavam corretas e que as suas propostas eram factíveis.

A Constituinte foi convocada logo após a tomada do poder. Vale lembrar que o Governo Provisório se estabeleceu para realizar a Assembleia Constituinte, mas os impasses da crise social e política fizeram que fosse adiada várias vezes. Os partidos que sustentaram o governo oficial viram na elaboração e promulgação da Constituinte um meio para liquidar o poder soviético e, ao mesmo tempo, recompor o poder estatal.

Nas eleições constituintes, os bolcheviques ficaram em minoria, embora tivessem votações expressivas nos grandes centros industriais. Os socialistas-revolucionários receberam a maioria dos votos. Entretanto, a Assembleia Constituinte tentou se sobrepôr aos soviets, ao objetivar fazer da Rússia uma república parlamentar democrática. Com base nos conselhos operários, os bolcheviques fecharam a Assembleia. Os trabalhadores industriais apoiavam os soviets e os seus comitês de fábrica, enquanto os camponeses tinham os seus comitês, que lhes garantiriam a revolução agrária e a posse das terras, algo que o deposto Governo Provisório foi incapaz de fazer. A Assembleia Constituinte foi incapaz de qualquer poder mobilizador contra a ordem dos soviets. Portanto, os trabalhadores e camponeses russos, naquele momento, estavam convencidos da superioridade da democracia soviética sobre a democracia burguesa.

O controle operário da produção como elemento do processo revolucionário

A técnica expositiva adotada neste artigo permitiu que os principais resultados da pesquisa fossem apresentados em cada item. Do mesmo modo, a análise imanente obrigou à contínua retomada de problemas abordados para que a evidência se ampliasse com o intuito da elucidação. Nesse passo, cabe discutir, no plano da síntese, os principais resultados do texto sobre os comitês de fábrica e o controle operário na Rússia de 1917.

Na Revolução de Fevereiro de 1917, constatou-se a participação das mulheres, de operários e soldados. A partir do movimento da greve geral, formou-se o Soviete de Petrogrado, retomando o modelo de 1905. O protagonismo de operárias e operários trouxe os soldados de baixa patente à luta social.

Os comitês de fábrica, os soviets de operários, soldados e camponeses e a consigna de controle operário da produção representaram a situação de

dualidade de poderes vivida na Rússia após fevereiro. Tal processo expressou o conflito entre o governo oficial, apoiado na sociedade de posses, e o governo da “democracia revolucionária”, com base nos sovietes e organismos operários. Os comitês de fábrica foram instrumentos da dualidade de poderes no interior das indústrias, pois passaram a ser o contraponto à administração capitalista. A partir dos comitês fabris foram lançadas lutas contra a opressão das chefias nas fábricas sobre os trabalhadores, combates pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, pelo direito à supervisão da administração capitalista e, por fim, pelo controle operário da produção.

O Partido Bolchevique ampliou a sua influência no processo revolucionário por expressar o universo ideopolítico dos ativistas dos comitês de fábrica, sobretudo após maio de 1917, embora esse processo tenha sido composto por altos e baixos, não sendo contínuo ou linear. O partido de Lênin proporcionou o processo de aceleração da experiência dos trabalhadores e camponeses, no combate prático, relacionado à conjuntura e ao contexto sociopolítico. O partido não teve a ação de impetrar uma consciência desde fora do movimento, tampouco corroborou o economicismo sindicalista. O procedimento foi acompanhar a experiência dos trabalhadores e estabelecer a política em diálogo com ela, evidenciando os limites do Governo Provisório e as suas coalizões políticas compromissadas com o capital, incapazes de retirar a Rússia da Guerra, dar terra aos camponeses e reconhecer o controle operário da produção. Nesse sentido, a constituição da hegemonia foi um trabalho ativo na realidade. Destacam-se as intervenções de Lênin na elaboração política do controle operário da produção junto aos comitês de fábrica.

O que se passou em outubro de 1917 na Rússia não foi um golpe, foi uma revolução. A crise da dualidade de poderes levou os bolcheviques a se anteciparem às ações do Governo Provisório, que explicitamente se mobilizava em direção ao golpe de estado contra a “democracia revolucionária”. Por meio do Comando Militar Revolucionário e, depois, respaldados pelo II Congresso dos Sovietes de toda a Rússia, os bolcheviques assumiram o poder rumo à construção do socialismo e à espera da revolução mundial. Entretanto, as derrotas do proletariado no Ocidente impuseram o isolamento à Rússia soviética na construção do socialismo.

Com a guerra civil deflagrada pelo exército branco contra a Rússia dos sovietes, com apoio das potências imperialistas, a indústria e, conseqüentemente, a classe operária foram duramente afetadas. A nacionalização da economia foi uma medida extrema posta pelos bolcheviques, no contexto em que o operariado diminuía numericamente e a fábrica se inviabilizava, pois não havia base material para o seu

funcionamento normal. Além disso, o conflito impactou tremendamente a produção de matérias-primas e combustíveis, o que se refletiu na queda avassaladora da indústria.

O isolamento revolucionário russo, a guerra civil, a miséria e a escassez, a queda na produção industrial e a redução do número de operários formaram o cenário no qual os comitês de fábrica sofreram o esvaziamento e, por consequência, o controle operário da produção foi substituído pela nacionalização.

Por fim, no contexto em que se aponta a necessidade de ocorrer a recomposição programática, organizativa e de ação dos que lutam por transformações sociais, devem-se recuperar as experiências de rebeldia do trabalho na história. Os comitês de fábrica, a consigna e a prática do controle operário da produção, entre outros fatores, foram determinantes para que houvesse a Revolução de Outubro de 1917.

Referências bibliográficas

- ANWEILER, Oskar. *Los soviets en Rusia 1905-1921*. Trad. Ana Pérez Figueiras. Madri: Zero, 1975.
- AVRICH, Paul. *Los anarquistas rusos*. Trad. Leopoldo Lovelace. Madri: Alianza, 1974.
- BÁEVA, L. *La política social de la Revolución de Octubre*. Trad. Miguel Sosa. Moscou: Editorial Progreso, 1980.
- BRINTON, Maurice. *Los bolcheviques y el control obrero (1917-1922)*. El estado y la contrarrevolución. Madri: Ed. Digital: Círculo Comunista antibolchevique. 2007. Disponível em: <https://bataillesocialiste.files.wordpress.com/2010/06/brinton_bolcheviques_1_.pdf>, acessado 15 nov. 2016.
- BROUÉ, Pierre. *El Partido Bolchevique*. Trad. Garcia Fernandez. São Paulo: Editora Sundermann, s/d.
- CARR, E. H. *La Revolución Bolchevique 1917-1923* v. I. La conquista y organización de poder. 3. ed. Trad. Soledad Ortega. Madri: Alianza Editorial, 1977.
- CHASIN, J. Sobre o conceito de totalitarismo. *Ensaíos Ad Hominem*, São Paulo, Estudos e Edições Ad Hominem, v. 1, t. III – Política, pp. 79-90, 2000.
- FERRI, Franco. “El problema del control obrero”. In: GERRATANA, Valentino *et al. Consejos obreros y democracia socialista*. Córdoba: Pasado y Presente, 1972, pp. 75-98.
- FERRO, Marc. *La Revolution de 1917* v. I. Le chute du tsarism et les origines d’Octobre. Paris: Auber, 1967.
- _____. *A Revolução Russa de 1917*. Trad. Maria Rezende. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

- FOA, Lisa. “Los soviets y Octubre”. In: GERRATANA, Valentino *et al.* *Consejos obreros y democracia socialista*. Córdoba: Pasado y Presente, 1972, pp. 99-124.
- GERRATANA, Valentino *et al.* *Consejos obreros y democracia socialista*. Córdoba: Pasado y Presente, 1972.
- HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. Trad. José Viegas. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- KOENKER, Diane; ROSENBERG, William. “Strike and revolution in Russia, 1917”. In: WADE, Rex (Ed.). *Revolutionary Russia*. New approaches. Nova York/Londres, Routledge, 2004, pp. 33-45.
- LÊNIN, V. I. “A catástrofe iminente e as promessas de medidas”. In: *O controle operário e a nacionalização da indústria*. Lisboa: Estampa, 1976a, pp. 36-42.
- _____. “Resolução sobre as medidas econômicas contra a ruína”. In: *O controle operário e a nacionalização da indústria*. Lisboa: Estampa, 1976b, pp. 43-4.
- _____. “Discurso pronunciado na I Conferência dos Comitês Fabris de Petrogrado em 31 de maio de 1917”. In: *O controle operário e a nacionalização da indústria*. Lisboa: Estampa, 1976c, pp. 45-7.
- _____. “Projeto de decreto sobre o controle operário da produção”. In: *O controle operário e a nacionalização da indústria*. Lisboa: Estampa, 1976d, pp. 99-100.
- _____. “Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução”. In: *Teses de abril*. Lisboa: Edições Avante, 1978a, pp. 9-15.
- _____. “As tarefas do proletariado na presente revolução”. In: *Teses de abril*. Lisboa: Edições Avante, 1978b, pp. 17-85.
- LUKÁCS, G. *El asalto a la razón: la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler*. Trad. Wenceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- _____. “Marx e o problema da decadência ideológica”. In: *Marxismo e teoria da literatura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MANDEL, David. “Comités d’usine et controle ouvrier à Petrogrado”. *Cahier d’étude et de recherche/Notebooks for study and research* n. 21. 1993. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/contemporains/mandel_mark_david/comites_usine/comites_usine.html>, acessado em 15 nov. 2016.
- MANDEL, Ernest. *Control obrero, consejos obreros, autogestión*. Antología. 2. ed. México: Era, 1977.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. “Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores”. In: *Karl Marx-Friedrich Engels – Obras escolhidas* v. I. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, s/d, pp. 313-21.

O MANIFESTO BOLCHEVIQUE de 27 de fevereiro de 1917. In: FERRO, Marc. *A Revolução Russa de 1917*. Trad. Maria Rezende. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004, pp. 106-7.

PANKRATOVA, Ana. *Los consejos de fábrica en la Rúsia de 1917*. Barcelona: Anagrama, 1976.

PINHEIRO, Milton. “A questão dos conselhos operários: uma introdução ao debate”. In: PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (Org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, pp. 9-45.

_____; MARTORANO, Luciano C. (Org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PIPES, Richard. *História concisa da Revolução Russa*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

PRIKAZ n. 1. 1 mar. 1917. In: FERRO, Marc. *A Revolução Russa de 1917*. Trad. Maria Rezende. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004, pp. 107-8.

RABINOWITCH, Alexander. *The Bolsheviks come to power. The revolution of 1917 in Petrograd*. Nova York: WW Norton & Company, 1976.

REED, John. *Os soviets em ação*. Trad. José Lopes González. 2008. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/reed/1918/10/soviets.html>>, acessado em 10 set. 2016.

_____. *Os dez dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

SERGE, Victor. *Memórias de um revolucionário 1901-1941*. Ed. Jean Rièrre. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *O ano I da Revolução Russa*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ensaio, 1993.

SMITH. Steve A. *Red Petrograd: revolution in the factories, 1917-18*. Nova York: Cambridge University Press, 1985.

SMITH. Steve A. “Petrograd in 1917: the view from below”. In: WADE, Rex (Ed.). *Revolutionary Russia. New approaches*. Nova York/Londres, Routledge, 2004, pp. 13-32.

SMITH. Steve A. *Revolução Russa*. Trad. Marcio Hack. Porto Alegre: L&PM, 2013.

STÁLIN, J. *História del Partido Comunista (bolchevique) de la URSS*. Obras t. XIV. Moscou: Edições Lenguas Etranjeras, 1953. Disponível em: <<http://www.formacion.psuve.org/wp-content/uploads/2013/09/Obras-Escogidas-Tomo-XIV-Historia-del-PCb-de-la-URSS.pdf>>, acesso em 2 set. 2016.

SUKHANOV, Nicolai. *La Révolution Russe 1917*. Paris: Stock, 1965.

TROTSKY, Leon. *A história da Revolução Russa v. I – A queda do tsarismo*. Trad. E. Huggins. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *As lições de Outubro*. São Paulo: Global, 1979.

_____. “O conselho de deputados operários e a Revolução”. In: PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (Org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, pp. 59-75.

ULAM, Adam. *Os bolcheviques*. Trad. Francisco da Rocha Filho e Archibaldo Figueira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

VOLIN, V. E. *La revolución desconocida*. Trad. Fidel Alegre. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1977.

WOODCOCK, George. *História das ideias e dos movimentos anarquistas* v. II: O movimento. Porto Alegre: LP&M, 2006.

ZINOVIEV, Gregory. “Quando e sob quais condições podem ser criados os sovietes operários”. In: PINHEIRO, Milton; MARTORANO, Luciano C. (Org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013, pp. 85-8.

Recebido: 20 de fevereiro de 2017

Aprovado: 2 de maio de 2017

Como citar:

MELO, Wanderson Fábio de. Os comitês de fábrica e as propostas de controle operário da produção: da Revolução de Fevereiro à Revolução de Outubro de 1917. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. 70-125, ano XII, nov./2017.